

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

VIRGINIA ROLLA DONOSO

**PRECARIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
NA RECESSÃO DE 2015-2017 NA RMPA**

Porto Alegre

2018

VIRGINIA ROLLA DONOSO

**PRECARIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
NA RECESSÃO DE 2015-2017 NA RMPA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Horn

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Donoso, Virginia Rolla

Precarização no mercado de trabalho na recessão de 2015-2017 na RMPA / Virginia Rolla Donoso. -- 2018. 56 f.

Orientador: Carlos Henrique de Vasconcellos Horn.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Precarização no mercado de trabalho. 2. Desemprego. 3. Recessão econômica.. I. Horn, Carlos Henrique de Vasconcellos, orient. II. Título.

VIRGINIA ROLLA DONOSO

**PRECARIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
NA RECESSÃO DE 2015-2017 NA RMPA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 05 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Henrique Horn – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Cassio da Silva Calvete

UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Dathein

UFRGS

Prof. Dr. Wilson Aparecido Costa de Amorim

USP

À minha mãe por acreditar, ao Dante por incentivar e
a Valen e Tonho por serem a minha razão.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial a Faculdade de Ciências Econômicas, por mais uma vez ter proporcionado minha qualificação profissional com sua competência.

Ao incansável Professor Dr. Carlos Henrique Horn, pela oportunidade de mais uma vez trabalhar ao seu lado, pelos ensinamentos e pela infinita disponibilidade.

Aos meus colegas do DIEESE, Ana Paula Sperotto, Lucia Garcia e Edgard Fusaro pelo apoio na produção das estatísticas.

A minha família por serem meus maiores incentivadores, e por estarem sempre comigo.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar a precarização no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre no período da recessão econômica de 2015-2017. O avanço do desemprego em escala nacional durante a crise foi de magnitude considerável e acarretou inúmeras consequências negativas para o mundo do trabalho. Nesse contexto, ampliou-se a precarização no mercado de trabalho. Com o objetivo de avaliar a intensidade desse fenômeno no mercado de trabalho da RMPA, utiliza-se a metodologia do índice de precarização desenvolvida por Toni (2005). A análise concentra-se no período da crise, confrontando, ainda, o desempenho recente com o observado durante a desaceleração da atividade na década de 1990. Esta comparação permite concluir que a severidade da crise econômica recente foi maior do que a do final dos anos 1990.

Palavras-chave: Precarização no mercado de trabalho. Desemprego. Recessão econômica.

ABSTRAT

This dissertation aims to analyze the precarization in the labor market of the Metropolitan Area of Porto Alegre (RMPA) over the period of the economic recession 2015-2017. The rise in unemployment at national level during the crisis has been of considerable magnitude, bringing major consequences for the world of work. Under this context, precarization in the labor market has assumed a higher proportion. In order to measure the extension of this phenomenon at RMPA, this dissertation relies on the index of precariousness developed by Toni (2005). The analysis of the labor market performance focuses upon the period of the economic crisis, as well as presents a comparison between recent outcomes and the economic slowdown of the late 1990s. This comparison allows us to point out to the greater severity of the recent economic crisis as compared to the one measured in the late 1990s.

Keywords: Precarization in the labor market. Unemployment. Economic recession.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO: CONCEITOS E MENSURAÇÃO.....	12
2.1	O AUMENTO E AS VÁRIAS FACETAS DO DESEMPREGO.....	12
2.2	CONCEITOS E MENSURAÇÃO.....	16
3	DINÂMICA DO DESEMPREGO E O MERCADO DE TRABALHO NA RECESSÃO 2015-2017.....	22
3.1	O comportamento do desemprego e o ritmo da atividade econômica.....	22
3.2	Dinâmica do desemprego na recessão 2015-2017.....	25
3.3	O desemprego na recessão 2015-2017 e na desaceleração 1996-1999	29
4	PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE NA RECESSÃO 2015-2017	34
4.1	Precarização e mercado de trabalho	34
4.2	Metodologia do Índice de Precarização	37
4.3	Precarização no mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre na recessão 2015-2017.....	43
5	CONCLUSÃO.....	49
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE A - ESTATÍSTICO	53

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca analisar a deterioração do mercado de trabalho no Brasil à luz da severa crise econômica e política pela qual o país vem atravessando desde 2015. Neste período, interrompeu-se a trajetória de redução do desemprego que caracterizara a economia brasileira desde o início do século, verificando-se, na sequência, uma rápida elevação no número e na taxa dos desocupados. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), apurados pelo IBGE, a taxa de desemprego no Brasil saltou de 6,8% em 2014 para 12,7% em 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2018). Isto representou um acréscimo de 6.490 mil pessoas na condição de desemprego. O intenso aumento foi a principal contrapartida de uma queda acentuada na ocupação, haja vista que neste triênio, ainda de acordo com dados da PNAD Contínua, o número de ocupados se reduziu de 92.112 mil para 90.647 mil pessoas.

Desde o último quadriênio do século XX, não se observava tão rápida e intensa elevação do desemprego no Brasil. Naquele período, entre os anos de 1995 e 1999, a taxa de desemprego medida pela PNAD se elevou de 6,1% para 10,4%, sendo acompanhada por uma desaceleração no ritmo de crescimento econômico geral, com baixo incremento do PIB em especial nos anos de 1998 e 1999, respectivamente de 0,37% e 0,47%. Se considerarmos os principais indicadores do mercado de trabalho, houve um aumento na População Economicamente Ativa (PEA) em 8,5% e na ocupação em 5,3% no quadriênio 1996-1999, bastante aquém do aumento de 50,4% no número de desempregados, cujo contingente estimado atingiu 7.639 mil pessoas em 1999.

Como esperado, a recessão econômica do triênio 2015-2017 levou a uma deterioração das condições do mercado de trabalho, tanto quanto a desaceleração da atividade impactara esse mercado ao final do século XX. Por dois anos consecutivos o PIB registrou forte retração, sendo de -3,77% em 2015 e de -3,60% em 2016. Considerando os indicadores aferidos pela PNAD Contínua para o triênio, o número de desempregados aumentou 96,3% e seu contingente estimado chegou a 13.234 mil pessoas em 2017.

As consequências mais notáveis da recessão, portanto, se deram na forma de ampla redução no nível geral de emprego e forte aumento nas taxas de desemprego. Não obstante, outras dimensões do mercado de trabalho também são afetadas pelas

crises econômicas, a exemplo dos rendimentos reais do trabalho e do perfil da ocupação, requerendo análises que expandam a evidência empírica a fim de capturar de forma mais ampla o fenômeno da precarização do mercado de trabalho. Neste sentido, tem-se o estudo de Toni (2005), que buscou investigar as repercussões da reestruturação produtiva sobre o modo de organizar e gerir o trabalho no Brasil nos anos 1990, as quais foram impulsionadas por transformações mais gerais do sistema capitalista. Em seu estudo, a autora analisou o modo como essas mudanças reconfiguraram as relações de trabalho, desorganizando o padrão vigente de crescente assalariamento e maior proteção social e acarretando precarização no mercado de trabalho. Toni (2005) constrói um indicador denominado Índice de Precarização (IP), que visa à mensuração de situações de precariedade no mercado de trabalho, retomando o enfoque sobre o setor informal urbano de longa tradição nas ciências sociais aplicadas latino-americanas.

No presente trabalho, procuramos analisar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro na crise recente com base nos indicadores usuais de ocupação e desocupação, alargando o escopo da evidência a partir de outras dimensões de *performance* do mercado de trabalho a fim de sistematizá-las numa medida composta de precarização em linha com o estudo de Toni (2005). Esta análise, portanto, objetiva:

- a) caracterizar os traços básicos do desempenho do mercado de trabalho na recessão 2015-2017;
- b) ampliar a caracterização ao considerar outras dimensões de desempenho do mercado de trabalho expressas em um Índice de Precarização; e
- c) contrastar a dinâmica do mercado de trabalho em três períodos distintos da economia brasileira pós-Real, a saber, os dois períodos de rápida deterioração de suas condições que foram o quadriênio 1996-1999 e o triênio recente 2015-2017 e um período de melhora dessas condições que se estende entre os anos 2000 e 2014.

A evidência empírica utilizada em nossa análise tem como fonte a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)¹. Até recentemente, essa região e a de São Paulo eram as únicas a dispor

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego é um levantamento de informações mediante aplicação de questionário estruturado em residentes de uma amostra de domicílios na região de referência. Essa

de uma série de dados mensais contínuos sobre o mercado de trabalho no Brasil compilados com base na mesma metodologia, razão pela qual foi escolhida.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, incluindo esta introdução e uma conclusão. No capítulo 2, abordamos o fenômeno do desemprego e esclarecemos a metodologia da PED utilizada para mensurar a condição de atividade no mercado de trabalho. No capítulo 3, analisamos a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre com base em indicadores gerais de desemprego, ocupação e participação, destacando os resultados na recessão do triênio 2015-2017 e contrastando-os com a conjuntura de desaceleração da atividade observada ao final do século XX. No capítulo 4, ampliamos esta análise com o uso do Índice de Precarização e dos fatores que o compõem. Os principais resultados de nossa análise são sistematizados na conclusão.

pesquisa vem sendo realizada regularmente na região metropolitana de São Paulo desde 1985 e abrangeu outras oito regiões brasileiras desde então. Em cada região, sua implantação envolveu um arranjo institucional entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), de São Paulo, e instituições estaduais de estatística e investigação socioeconômica. Na região metropolitana de Porto Alegre, a parceria ocorreu com a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). O levantamento de dados iniciou-se em abril de 1992 e se estendeu até março de 2018, quando foi interrompida em face de decisão unilateral do governo do estado do Rio Grande do Sul.

2 DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO: CONCEITOS E MENSURAÇÃO

Neste capítulo, abordamos, inicialmente na seção 2.1, o fenômeno do crescente desemprego em escala mundial, a fim de destacar as diferentes facetas explicativas de seu comportamento e assinalar a importância de se considerarem os elementos específicos de cada formação socioeconômica nacional para a compreensão da dinâmica dos mercados de trabalho. A consideração da heterogeneidade do fenômeno do desemprego, inclusive, está na raiz da construção metodológica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a qual fornece os dados para o estudo empírico que é objeto do presente trabalho. Na seção 2.2, apresentamos os principais conceitos e indicadores da PED utilizados na análise do comportamento do mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre a ser exposta no capítulo 3, deixando para completar o conteúdo metodológico do estudo, que versa sobre as dimensões e a construção de um Índice de Precarização, no próprio capítulo 4, onde se analisa tal questão.

2.1 O AUMENTO E AS VÁRIAS FACETAS DO DESEMPREGO

A questão do desempenho do mercado de trabalho refere-se a uma dimensão central da dinâmica do sistema econômico. Assim, a compreensão do desemprego, a construção de indicadores próprios, a formulação e aplicação de políticas públicas que induzam um desempenho eficiente do mercado de trabalho, dentre outros, fazem parte do dia a dia da experiência de investigação e da atividade de agentes econômicos, sejam eles do setor público ou do setor privado, mais diretamente vinculados aos temas do mundo do trabalho. A crise econômica da primeira década do novo século, que se desdobrou na presente grande recessão que atravessam, sobretudo, as economias ocidentais, acendeu novamente a luz vermelha do desemprego em massa para os estudiosos do mercado de trabalho. Antes mesmo, Mézaros (2002, p. 1005) já assinalava que a questão do desemprego deixou de estar restrita a áreas de pobreza e subdesenvolvimento, atingindo outro patamar:

[A questão do desemprego] não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de “trabalhadores qualificados”, que agora disputam, somando-se ao estoque

anterior de desempregados, os escassos - e cada vez mais raros - empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais “desenvolvidos” e modernizados setores da produção, da indústria naval à aeronáutica e da indústria mecânica à tecnológica espacial.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em estudos como *Perfil do Trabalho Decente no Brasil* (OIT, 2010), aponta para o crescimento do desemprego global, tornando-o um fenômeno cotidiano da sociedade capitalista. Registra-se que, ao longo dos anos 2000 o Brasil experimentou um baixo, mas contínuo, crescimento econômico, recuo significativo nas taxas de desemprego e melhora dos indicadores de mercado de trabalho. Entretanto, o mesmo não ocorreu em diversos países, notadamente na Europa, onde especialmente Espanha e Grécia padeceram de altas taxas de desemprego da força de trabalho, atingindo com maior intensidade aqueles grupos em que os efeitos da desigualdade socioeconômica são mais severos, como mulheres, jovens e negros. Assim, temos que o avanço do desemprego se associa a características complexas e heterogêneas do mundo capitalista, afetando praticamente todos os grupos sociais e requerendo um esforço permanente de entendimento.

Neste sentido, Antunes (2005, p.12), em abordagem sobre a questão do desemprego mundial, destaca o fenômeno como amplamente globalizado:

Mas no nosso mundo contemporâneo oferece outra contribuição ao debate: fez explodir, com uma intensidade jamais vista, o universo do não-trabalho, o mundo do desemprego. Hoje, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia as agruras do não trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, à cata de algo para sobreviver. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Nos países do Norte, que um dia chamamos de Primeiro Mundo, ainda se preservam alguns resquícios da seguridade social, herança da fase (quase terminal) do Welfare State. Nos países do Sul, os homens e as mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca glória do emprego ou o aceite de qualquer labor.

Na mesma obra, Antunes (2005, p. 15-16) reforça seu argumento de que o alto desemprego teria se tornado estrutural ao compilar evidências sistematizadas. Em estudo de Mézaros, o autor põe em destaque o elevado número de desempregados em distintos contextos como: em países industrialmente mais desenvolvidos, em países emergentes de maior crescimento do produto, como a Índia e em países que

pertenciam ao sistema soviético e que não conviviam com alto desemprego, e em países emergentes, sobretudo os mais afetados por crises capitalistas.

O aumento do desemprego associa-se às crises periódicas e ao processo contínuo de avanço tecnológico. A incorporação de novas tecnologias tem a função de produzir mais, com menor contingente de força de trabalho e em menor número de horas. Neste processo, novas ocupações são criadas e outras são extintas, podendo ocorrer, numa visão otimista, uma migração de mão de obra entre ocupações, e não puramente extermínio em massa de postos de trabalho. No entanto, os efeitos da mudança tecnológica em curso, que parece configurar uma nova revolução industrial, apontam mais provavelmente no sentido de redução líquida de postos de trabalho assalariado. A par dos fatores mais relevantes da crise e da mudança tecnológica, o sistema mercantil também convive com um elemento de desemprego friccional, o qual, todavia, não explica o aumento recente das taxas de desemprego no mundo. O exame da natureza e do tamanho do desemprego da força de trabalho no mundo contemporâneo, em suma, requer a consideração de dimensões informacionais, cíclicas e tecnológicas, além de características específicas da evolução de cada economia nacional.

No que se refere ao caso brasileiro, Baltar (1985), ao analisar a evolução do mercado de trabalho na etapa de industrialização e urbanização posterior ao término da 2ª Guerra Mundial, assinala que a heterogeneidade da estrutura produtiva, associada à transformação parcial dos processos de produção, teria gerado uma estrutura ocupacional com uma grande base de trabalhadores ocupados em postos para os quais não eram exigidos muitos requisitos de formação educacional e profissional. Dada a grande disponibilidade de mão de obra, esta combinação permitiu às empresas adequarem seus contingentes de ocupados a variações na demanda pelo produto e utilizarem a rotatividade como mecanismo de controle do custo e da qualidade da força de trabalho. Como resultado deste arranjo, a grande maioria dos trabalhadores urbanos no Brasil acabou por se inserir em postos com baixos salários e poucos incentivos ao emprego estável e protegido.

Mais recentemente, segundo Pochmann (2001), os caminhos trilhados pela economia brasileira colocaram o desemprego como uma constante sombra ao desempenho do mercado de trabalho. Dentre os fatores determinantes do aumento do desemprego nos anos 1990, o autor aponta algumas ações dos governos como os projetos de privatização de entes públicos e a maior dependência de recursos

internacionais. O Plano Real adotado em 1994 fez com que a estabilização monetária se associasse à forte entrada de produtos importados, simbolizado pelo *boom* das lojas de R\$ 1,99, a elevadas taxas de juros que atraíram o capital externo e mantiveram apreciada a moeda doméstica e a um baixo investimento na formação de capital fixo. Sob tais circunstâncias, a atividade econômica perdeu dinamismo e houve crescimento do desemprego.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2003) em *O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período 1991-2002: Tendências, Fatos Estilizados e Mudanças Estruturais*, um dos efeitos colaterais da implantação do Plano Real foi o aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. A informalidade urbana já era considerada com o nome de subemprego pelo menos desde os anos 1960 e 1970. Naquele período, o êxodo rural fez com que várias cidades, sobretudo capitais de unidades da federação, aumentassem rapidamente sua população, numa busca de empregos na indústria e no setor de serviços existentes nos grandes centros urbanos. A intensidade deste movimento migratório, no entanto, acabou por gerar um exército de desempregados e é neste contexto que o subemprego passa a ser um traço ainda mais evidente do mercado de trabalho urbano. Quanto à conjuntura dos anos 1990, o estudo do Ipea informa que:

Uma das características da década foi o crescimento das relações informais de trabalho (trabalho assalariado sem carteira e trabalho por conta própria): nos seis primeiros anos o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47%. De meados de 1996 até o final de 1997, o grau de informalidade se estabilizou ... em torno de 48%. As agruras por que passou a economia brasileira em 1998 e 1999 fizeram, contudo, com que o processo de informalização retomasse fôlego, de tal forma que nos últimos meses de 1999 foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% em meados de 2000. De forma até certo ponto surpreendente a partir de então houve uma ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50%, apresentando um valor de 50,04% ao término de 2002. (RAMOS, BRITTO, 2004, p. 7-8.)

A deterioração do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990 foi revertida na década seguinte, quando se observou um desempenho significativamente melhor em face do aumento da formalização, da queda nas taxas de desemprego e da elevação no rendimento médio. A recessão econômica de 2015-2017, no entanto, não apenas impôs um freio a este processo de melhoria, como acabou por afetar o mercado de forma bastante severa. Nossa análise do desempenho do mercado de trabalho, a qual apresentamos nos capítulos 3 e 4, recai exatamente sobre este período. Para tanto,

utilizamos dos dados da PED, cujos principais conceitos são explicados na próxima seção.

2.2 CONCEITOS E MENSURAÇÃO

O estudo empírico do presente trabalho utiliza-se de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). As raízes desta Pesquisa estão na insatisfação de analistas com aspectos metodológicos dos indicadores de mercado de trabalho, sobretudo quanto à mensuração do desemprego, a qual era criticada por se basear em situações típicas dos mercados de trabalho de países desenvolvidos nos anos do pós-Guerra e não levar em consideração a estrutura heterogênea do mercado de trabalho brasileiro [TROYANO *et al.*, 1985; DIEESE, 1984]. Com a formulação de nova metodologia, a PED ambicionou:

[...] dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com elevada disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva heterogênea. Seu propósito básico foi ampliar o conjunto de informações disponíveis a respeito do mercado de trabalho, preservando a possibilidade de obter os indicadores tradicionais e, portanto, a comparabilidade com aqueles produzidos por outros países, mas principalmente gerando medidas que permitissem: construir um método de classificação da População em Idade Ativa - PIA que captasse a fluidez dos três segmentos da condição de atividade - ocupados, desempregados e inativos -, e a inter-relação entre eles. Nesse sentido, tornou-se possível, por exemplo, avaliar a dimensão e temporalidade dos movimentos de contração da população economicamente ativa e quantificar o segmento da PIA que, apesar da disponibilidade para o trabalho, não manifesta procura efetiva; criar uma tipologia em que a maior heterogeneidade dos diversos segmentos fosse explicitada, diferenciando-a das situações consideradas típicas. Assim, o subconjunto de desempregados não se deve restringir aos indivíduos que preenchem os três requisitos da norma internacional para a classificação de desemprego e os ocupados não são classificados somente segundo a posse de carteira assinada etc. (DIEESE, 2009).

Implantada pioneiramente na região metropolitana de São Paulo (PED-RMSP) em 1984, numa parceria entre o DIEESE e a Fundação Seade, a PED consiste numa pesquisa por amostra de domicílios, conduzida mediante entrevistas baseadas em questionário estruturado, as quais buscam aferir a condição de ocupação e outras características e condições dos residentes. A pesquisa produz indicadores amplamente utilizados por governo, sociedade civil, sindicatos de trabalhadores, investigadores acadêmicos, imprensa e outros segmentos, sem perder continuidade desde então. O reconhecimento da sua importância como instrumento de aferição da

realidade econômica levou à adoção da metodologia em outras áreas metropolitanas. Assim, iniciou-se a coleta de dados no Distrito Federal (PED-DF) e na região metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) em 1992; na região metropolitana de Belo Horizonte (PED-RMBH) em 1994; na região metropolitana de Salvador (PED-RMSAL) em 1996; na região metropolitana do Recife (PED-RMREC) em 1997; e na região metropolitana de Fortaleza (PED-RMFOR) em 2008. Não obstante a relevância dos dados apurados, o arranjo institucional que combina os formuladores da metodologia – DIEESE e Fundação Seade – e instituições estaduais executoras do levantamento dos dados mostrou-se relativamente instável, determinando seu encerramento por motivos diversos em várias regiões. Em decorrência, o Sistema PED, que um dia compilou dados em oito regiões metropolitanas e no Distrito Federal, permitindo ter um indicador metropolitano agregado, abarcava apenas quatro pesquisas ao final do ano de 2017, no Distrito Federal e nas áreas de Porto Alegre, Salvador e São Paulo.¹

A definição da condição de ocupação dos indivíduos e dos indicadores do mercado de trabalho ocorre com base no contingente da **População em Idade Ativa (PIA)**, o qual reúne as pessoas com 10 anos ou mais de idade. Classificam-se essas pessoas em três grandes grupos: a população ocupada, a população desempregada e a população inativa, sendo que os ocupados e os desempregados compõem a **População Economicamente Ativa (PEA)**. A PEA, portanto, compreende a força de trabalho disponível para exercer qualquer atividade laboral, considerando os indivíduos com idade de 10 anos ou mais que, no período de referência da pesquisa, são classificados como ocupados ou desempregados.

A **parcela desempregada da PEA** corresponde aos indivíduos que se encontram em situação involuntária de não-trabalho por falta de oportunidade de trabalho ou que exerçam algum trabalho considerado irregular ou ocasional e que desejam uma mudança de ocupação. Na metodologia da PED, há três tipos de desemprego:

- a) **desemprego aberto**: compreende as pessoas sem trabalho nos últimos sete dias e com procura efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista;

¹ No caso da região metropolitana de Porto Alegre, a PED veio a ser encerrada em março de 2018 por decisão unilateral do governo do estado do Rio Grande do Sul, descontinuando uma série de dados mensais sobre o mercado de trabalho apurados regularmente ao longo de quase 26 anos, numa parceria entre a FEE, a FGTAS, o DIEESE e a Fundação SEADE. Esta parceria produziu indicadores do mercado de trabalho e gerou inúmeros estudos sobre desigualdades entre homens e mulheres e negros e não negros, jovens no mercado de trabalho, dinâmica da ocupação por setores de atividade econômica, trabalho da população idosa e emprego doméstico, dentre outros.

- b) **desemprego oculto pelo trabalho precário:** compreende as pessoas que realizaram, nos 30 dias que antecedem a entrevista, algum trabalho casual de auto-ocupação – atividades remuneradas eventuais ou instáveis e sem previsibilidade de continuação ou trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes – e que procuraram substituir este trabalho nos últimos 30 dias por meio de providências para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação. Neste grupo estão contempladas, ainda, as pessoas que, não tendo procurado trabalho no período, não encontraram, até 12 meses atrás, em procura efetiva que se deu por pelo menos 15 dias;
- c) **desemprego oculto pelo desalento:** compreende as pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da entrevista, porém sem procura efetiva recente de trabalho por falta de estímulo, seja em razão das condições do mercado de trabalho, seja por outras circunstâncias. No entanto, devem ter apresentado procura de trabalho por pelo menos 15 dias nos últimos 12 meses.

O desemprego medido pela PED corresponde a um amplo conjunto de situações que incorpora, além do caso mais relevante do desemprego aberto, formas ocultas de desemprego que ocorrem em situações de trabalho precário ou de desalento. Como se desprende das definições, a caracterização do indivíduo leva em conta parâmetros de procura efetiva de trabalho, disponibilidade para trabalhar mesmo sem procura efetiva, situação e tipo de trabalho (precariedade) e necessidade de mudança de trabalho.

A **parcela ocupada da PEA** compreende as pessoas que se encontravam nessa condição nos sete dias anteriores ao da entrevista, pois (i) possuíam trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho, ou (ii) tinham exercido trabalhos irregulares ou ocasionais, ou trabalhos sem remuneração em ajuda a negócios de parentes ou, ainda, trabalhos remunerados em espécie ou benefício, desde que não tenham procurado outra ocupação nos últimos 30 dias.

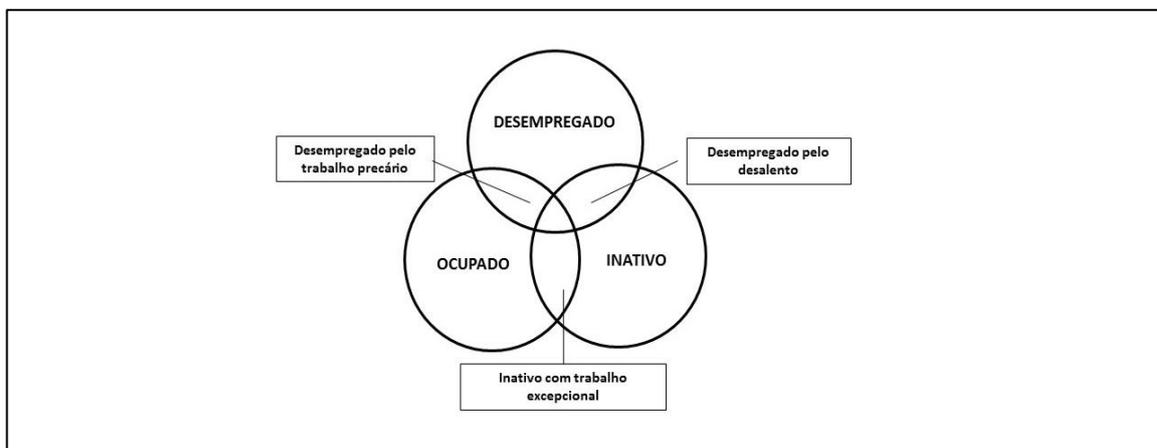
A **população inativa de 10 anos ou mais de idade** é composta pela parcela da PIA que não foi classificada como ocupada ou desempregada. Ao ser entrevistado, esse contingente não demonstra necessidade ou disponibilidade para a busca de trabalho, sendo enquadrado em uma das seguintes situações:

- a) **Inativo sem trabalho:** compreende as pessoas que não têm procura efetiva de trabalho, nem necessidade de trabalhar, e que não realizaram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- b) **Inativo com trabalho excepcional:** compreende as pessoas que eventualmente trabalharam nos sete dias anteriores ao da entrevista, porque sobrou tempo de seus afazeres principais, e que não procuraram trabalho nesse período.

Na época em que a metodologia da PED foi desenvolvida, ou seja, no início dos anos 1980, a inclusão de crianças entre 10 e 14 anos na PIA também tinha como objetivos capturar a extensão do trabalho infantil e levar à adoção de políticas e regras para seu banimento. A observação desse dado nas séries mais longas da PED – São Paulo e Porto Alegre – atesta que o trabalho infantil foi transformado em algo residual no mercado de trabalho dessas regiões na segunda década dos anos 2000, provavelmente em virtude da implantação de diferentes políticas públicas e de mobilizações nacionais e de organismos multilaterais em favor de sua proibição. Novos levantamentos sobre mercado de trabalho, como na PNAD Contínua do IBGE, já redefiniram a População em Idade Ativa como aquela composta por pessoas com 14 anos ou mais de idade.

As definições de Ocupado, Desempregado e Inativo da PED resultam numa caracterização da condição de atividade em mercados de trabalho heterogêneos representada na Figura 1.

Figura 1 - Caracterização da condição de atividade em mercado de trabalho heterogêneo, segundo a metodologia da PED



Fonte: Adaptado de Troyano *et al.* (1985); DIEESE (1984, 2009).

A partir dessas definições das principais condições de ocupação, a análise do desempenho do mercado de trabalho considera alguns indicadores principais, os quais estão agrupados no Quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores básicos de análise de desempenho do mercado de trabalho, segundo a metodologia da PED

Indicador	Definição
PIA	Número de pessoas que compõem a População em Idade Ativa
PEA	Número de pessoas que compõem a População Economicamente Ativa
PEA/PIA	Taxa de participação [da PIA] no mercado de trabalho
OCUP	Número de pessoas ocupadas
OCUP/PEA	Taxa de ocupação [da PEA]
DES	Número de pessoas desocupadas
DES/PEA	Taxa de desemprego [da PEA]
DESaberto/PEA	Taxa de desemprego aberto
DESprecário/PEA	Taxa de desemprego pelo trabalho precário
DESdesalento/PEA	Taxa de desemprego pelo desalento

Fonte: Elaboração da autora (2018).

A par dos conceitos e indicadores básicos, o instrumento de coleta de dados da PED permite obter cruzamentos com inúmeras outras características da inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Assim, por exemplo, as características do trabalho principal de uma pessoa entrevistada permitem aferir o rendimento obtido no trabalho; segmentar os postos de trabalho por setor de atividade econômica, setor institucional ou tamanho da empresa; identificar o tipo de emprego conforme uma classificação de posição na ocupação – por exemplo, assalariado do setor público, assalariado do setor privado com e sem carteira, autônomo etc. –, e identificar situações de subemprego visível e invisível para diferenciar os ocupados segundo o grau de utilização da sua força de trabalho, seja pela subutilização do seu tempo disponível, seja pelos baixos rendimentos proporcionados pelo posto de trabalho.

O questionário da PED também abrange elementos que possibilitam acompanhar mudanças provocadas por processos de reestruturação produtiva, flexibilização normativa na contratação de mão de obra pelas empresas ou fragilização das condições de trabalho. Ilustrativamente, tem-se que a metodologia capta a terceirização do trabalho assalariado, identificando subcontratação de empresas; a jornada parcial involuntária; a baixa remuneração da hora trabalhada; a informalização do trabalho assalariado derivada da ausência de registro do contrato na carteira de trabalho; e a subordinação do trabalho autônomo pela empresa. É

possível, assim, associar a procura de trabalho por parte do desempregado aos motivos que a antecedem, como a fragilização da situação dos ocupados.

Quanto aos desempregados, além de investigar as características do trabalho anterior, recolhendo informações sobre a posição na ocupação, setor de atividade econômica e tempo de permanência no último trabalho, dentre outros aspectos, a metodologia da PED capta a duração do desemprego, o recebimento de valores por aposentadoria ou seguro-desemprego e que outros meios o indivíduo pesquisado dispõe para sobreviver. Estas características, associadas a atributos pessoais e familiares, ajudam a compreender os efeitos da condição social do desemprego sobre diferentes segmentos da população.

Por fim, quanto ao grupo dos inativos, a PED amplia a captação de informações sobre diversas formas de inatividade, como a dona de casa, o auxiliar de afazeres domésticos, os estudantes e os aposentados, dentre outros. Nesse grupo, investigam-se, por exemplo, os valores percebidos a título de aposentadoria e pensões ou do sistema de seguro desemprego.

3 DINÂMICA DO DESEMPREGO E O MERCADO DE TRABALHO NA RECESSÃO 2015-2017

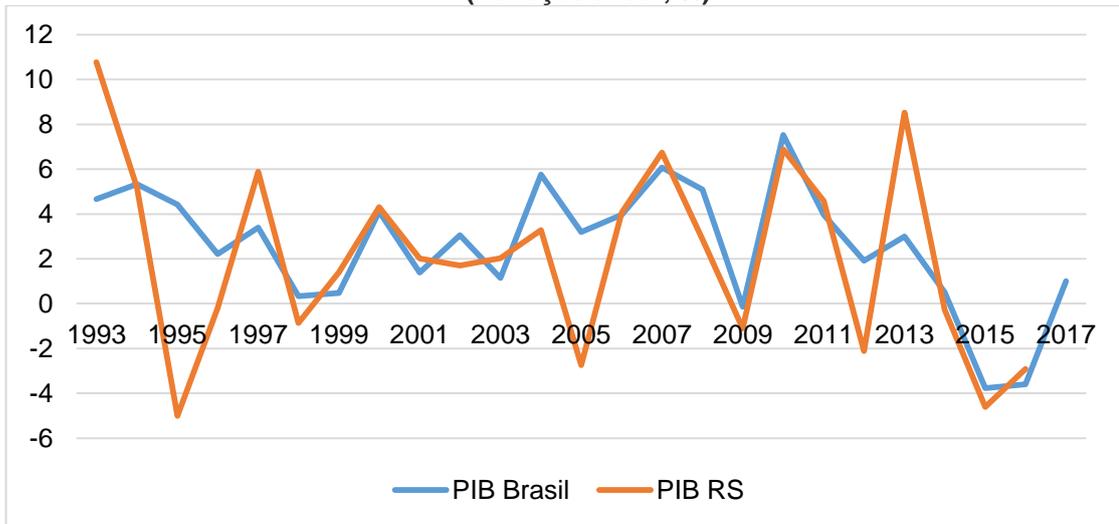
Neste capítulo, tratamos da dinâmica do desemprego no mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre no período da recessão econômica do triênio 2015-2017. Para isso, dividimos o capítulo em três seções. Na primeira seção, vislumbramos o comportamento do desemprego em geral em face do ritmo da atividade econômica desde a última década do século XX; a segunda seção detalha a dinâmica do desemprego na recessão de 2015-2017; por fim, na terceira seção, confrontamos dois períodos de piora relativa no ritmo da atividade – a recente recessão e o período de desaceleração de 1996-1999 –, evidenciando a severidade da crise e seus impactos sobre a classe trabalhadora. Entrementes, nos anos 2000, mais precisamente entre os anos de 2003 e 2014, os principais indicadores revelam uma conjuntura de melhora significativa do mercado de trabalho, em que se combinaram queda na taxa de desemprego e aumento do nível de emprego – destacando-se o número de assalariados com carteira assinada –, do rendimento real médio e da massa de rendimentos.

3.1 O COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO E O RITMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

No triênio 2015-2017, a forte recessão enfrentada pela economia brasileira atingiu imediatamente o mercado de trabalho. Após mais de dez anos de relativa bonança – apenas interrompida no ano de 2008 por causa da crise financeira global, porém seguida de rápida recuperação no país –, os três anos da recessão foram suficientes para reverter os ganhos na qualidade do emprego e no quadro de baixo desemprego. A Figura 2 mostra o comportamento do PIB brasileiro e gaúcho desde 1993, em que se evidencia uma forte desaceleração no ritmo de crescimento em 2014, seguida de dois anos de redução no produto (2015-2016) e uma tímida variação positiva no ano de 2017. Neste período, as variações no PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul foram muito próximas.¹

¹ Em geral, na série 1993-2017 apresentada na Figura 2, o comportamento do PIB gaúcho assemelha-se ao do PIB nacional, havendo diferenças pronunciadas, todavia, nos anos em que o RS registrou uma “supersafra” ou quebra de safra agrícola, como em 1995, 2005, 2012 e 2013. A variação no PIB

Figura 2 - Produto Interno Bruto, Brasil e Rio Grande do Sul, 1993-2017
(Variação anual, %)



Fonte: Adaptado de IBGE (2018) e FEE (2018).

A recessão econômica recolocou o país num circuito de aumento do desemprego, redução do nível de emprego e do salário real e aumento da pobreza. Além disso, acentuaram-se algumas desigualdades históricas no mercado de trabalho, com piora relativa dos indicadores correspondentes a mulheres, negros e jovens. Voltamos nossa atenção, principalmente, aos indicadores de desemprego.

A evolução do desemprego no período de 1993 a 2017 acompanhou o desempenho do produto brasileiro. Tanto quanto a redução no PIB ocorrida em 2015-2016 levou a um salto na taxa de desemprego, a melhora no ritmo de crescimento da economia observada ao longo da primeira década deste século acarretara sucessivas reduções naquela taxa até atingir um mínimo de 5,9% da PEA no ano de 2014. Igualmente, a desaceleração da economia ao final dos anos 1990, associada a outros fatores, resultara em aumento da taxa de desemprego na área metropolitana de Porto Alegre até atingir um máximo de 19,0% no ano de 1999. O comportamento da taxa geral de desemprego nesta região, entre os anos de 1993 e 2017, pode ser visualizado na Figura 3, onde se assinalam três distintos períodos de variações nessa taxa.

do Rio Grande do Sul em 2017 não havia sido divulgada até a conclusão deste trabalho em face do processo de fechamento da FEE, instituição responsável pela estatística.

Figura 3 - Taxa de desemprego geral, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1993-2017 (média anual, %)



Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Seguindo uma ordem cronológica, o primeiro período de interesse corresponde ao quadriênio 1996-1999. Após a redução na taxa de desemprego ocorrida no biênio 1994-1995, a qual acompanhou a adoção do Plano Real, já no ano de 1996 se verifica uma reversão desta *performance*, com deterioração do mercado de trabalho. A escalada do desemprego, então, se dá de forma paulatina. Em 1995, a taxa registrada foi de 6,1% da PEA; a partir de 1996, sucessivos aumentos fazem com que alcance 19,0% no ano de 1999, sendo este o maior valor na série histórica da PED-RMPA. Ao decompor a taxa geral de desemprego no seu ponto de pico, tem-se que 12,1 pp. correspondem ao desemprego aberto e 6,9 pp. ao desemprego oculto, dos quais 4,8 pp. se referem ao desemprego pelo trabalho precário e 2,1 pp. ao desemprego pelo desalento.

O período intermediário abrange os anos de 2004 a 2014. Antes disso, entre o pico de 1999 e o ano de 2003, a taxa de desemprego mostrou um recuo no biênio 2000-2001, quando melhoraram as condições da atividade econômica uma vez resolvida a crise de balanço de pagamentos do segundo semestre de 1998 que levou a uma desvalorização do Real no ano seguinte, e um novo avanço no biênio 2002-2003 já no quadro de uma mudança política resultante da ascensão e confirmação da candidatura Lula à presidência da República. A partir de 2004, contudo, temos demarcado o período de melhor desempenho do mercado de trabalho brasileiro na era do Real, quando a RMPA experimenta uma trajetória de redução gradual do desemprego, culminando em 2014 na menor taxa da série histórica (5,9% da PEA).

Em termos de seus componentes, o desemprego aberto correspondeu a 5,2 pp. e o desemprego oculto a 0,7 pp., sendo que desde 2011 o desemprego oculto pelo desalento deixara de possuir significância estatística.

Finalmente, como já assinalado, os anos de 2015-2017 representaram uma reversão da fase áurea, havendo intensa elevação do desemprego. Inicialmente, este atingiu de modo mais agudo os trabalhadores da indústria, homens e chefes de família, mas logo dos anos se alastrou para virtualmente todos os setores de atividade e grupos da população ativa. A deterioração do mercado de trabalho foi extremamente severa. Em pouco tempo, a taxa de desemprego quase duplicou, passando de 5,9% em 2014 para 11,2% da PEA em 2017, e o número total de desempregados saltou de 113 mil para 205 mil pessoas. Com isso, voltaram a aumentar as desigualdades de gênero, raça e idade e houve uma redução drástica da renda do trabalhador. O exame mais detalhado das dimensões de desigualdade no mercado de trabalho, com base nos indicadores de desemprego, é apresentado na próxima seção.

3.2 DINÂMICA DO DESEMPREGO NA RECESSÃO 2015-2017

O aumento do desemprego na recessão ocorreu mais fortemente na condição do desemprego aberto. A Tabela 1 mostra que a taxa de desemprego aberto se elevou de 5,2% em 2014 para 9,9% em 2017, uma variação de 4,7 pp. O número de pessoas que não possuíam trabalho regular remunerado, mas que buscavam essa ocupação, aumentou em 92 mil pessoas na RMPA ao longo do triênio 2015-2017. Quanto ao desemprego oculto, a taxa elevou-se de 0,7% para 1,3%, não havendo, ainda, estimativa estatisticamente significativa para o desemprego oculto pelo desalento. Quanto ao desemprego pelo trabalho precário, também registrou expressivo aumento, duplicando ao longo da recessão econômica.

Tabela 1 - Taxa de desemprego por tipo de desemprego, Região Metropolitana de Porto Alegre, 2014-2017 (média anual, %)

PERÍODOS E VALORES	TAXA DE DESEMPREGO, POR TIPO				
	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Precário	Desalento
2014	5,9	5,2	0,7	0,6	(1)
2015	8,7	7,6	1,1	1,0	(1)
2016	10,7	9,4	1,3	1,0	(1)
2017	11,2	9,9	1,3	1,2	(1)

Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

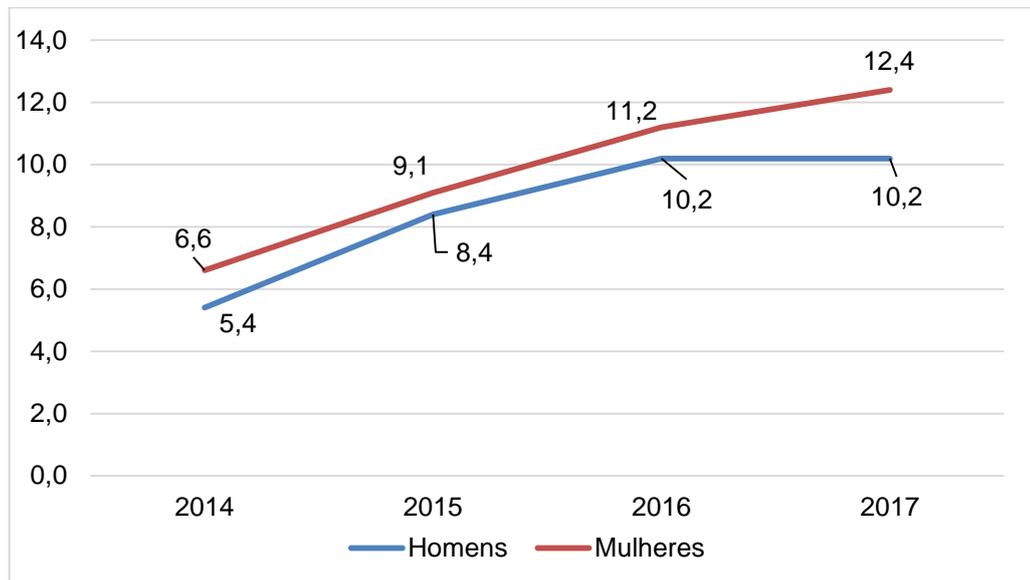
Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Quanto às diferenças nas condições de mercado de trabalho entre homens e mulheres, trata-se de fenômeno reconhecido e amplamente examinado na literatura especializada (DIEESE, 2018), A inserção da Mulher no Mercado de Trabalho na RMPA 2018. Ilustrativamente, tem-se que as mulheres buscam oportunidades de trabalho iguais às dos homens, sendo, todavia, discriminadas nos processos de seleção e na determinação da remuneração, apresentando regularmente maior taxa de desemprego. Não obstante, a escolarização geral das mulheres mostra-se mais elevada do que a dos homens já há alguns anos no Brasil.

Ao longo dos anos 2000, em meio ao aquecimento do mercado de trabalho, as taxas de desemprego de homens e mulheres registraram não apenas diminuição, mas também um movimento de aproximação. Assim, enquanto essa diferença era de 5,2 pp. na RMPA em 1999, reduziu-se tendencialmente nos anos seguintes até atingir 1,2 pp. em 2014. A par dessa melhora efetiva no mercado de trabalho, adotaram-se medidas de política pública com o propósito de equiparar oportunidades e minimizar desigualdades.

O processo de redução do hiato no desemprego de homens e mulheres foi interrompido na recessão econômica. A escalada rápida do desemprego geral foi acompanhada por aumento nas diferenças entre os gêneros. Mas isso não ocorreu de forma linear. Os efeitos da desaceleração da atividade econômica desdobram-se a partir de fins do ano de 2014, atingindo inicialmente os homens, que foram os primeiros a encorparem a crescente fila do desemprego. Assim, em 2015, trabalhadores inseridos na indústria de transformação, chefes de família, com maiores níveis de formalização e maiores rendimentos médios, foram mais seriamente atingidos com a perda de postos de trabalho. Em decorrência, como pode ser visto na Figura 4, a diferença entre as taxas de desemprego de homens e mulheres apresentou nova queda, vindo a situar-se em 0,8 pp. na RMPA.

Figura 4 - Taxa de desemprego de homens e mulheres, Região Metropolitana de Porto Alegre, 2014-2017 (média anual, %)

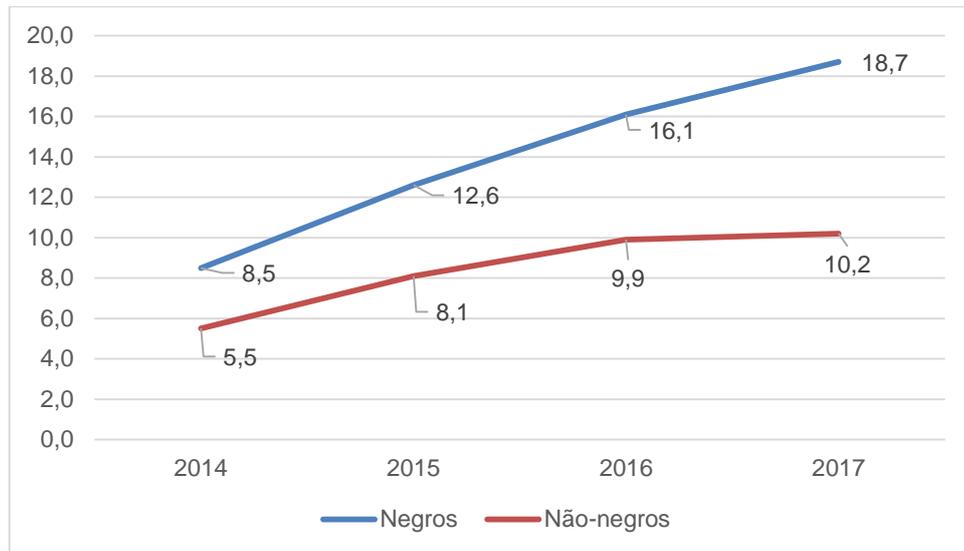


Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

No ano seguinte, entretanto, as diferenças nas taxas de desemprego por gênero voltaram a aumentar em vista do crescente impacto da crise sobre o setor de serviços, onde se concentra o maior contingente de mulheres. No último ano examinado, a taxa dos homens chegou a estabilizar, enquanto a taxa feminina registrou novo salto, levando a diferença ao patamar de 2,2 pp. na RMPA em 2017.

Quando se faz um recorte por raça nas estatísticas do mercado de trabalho brasileiro, o fenômeno da discriminação evidencia-se mediante números piores para os negros *vis-à-vis* os não negros. No período favorável de 2003 a 2014, o desemprego entre negros na RMPA acompanhou o processo geral de redução e atingiu sua menor taxa (8,4%) neste último ano, ainda assim 2,9 pp. maior do que a taxa dos não negros. No entanto, os três anos seguintes de deterioração no mercado de trabalho foram tão críticos para os trabalhadores negros que sua taxa de desemprego mais do que duplicou. Como pode ser observado na Figura 5, a elevação do desemprego foi mais severa para a população negra do que para a não negra, levando a diferença entre as taxas a aumentar para 8,5 pp. na RMPA em 2017.

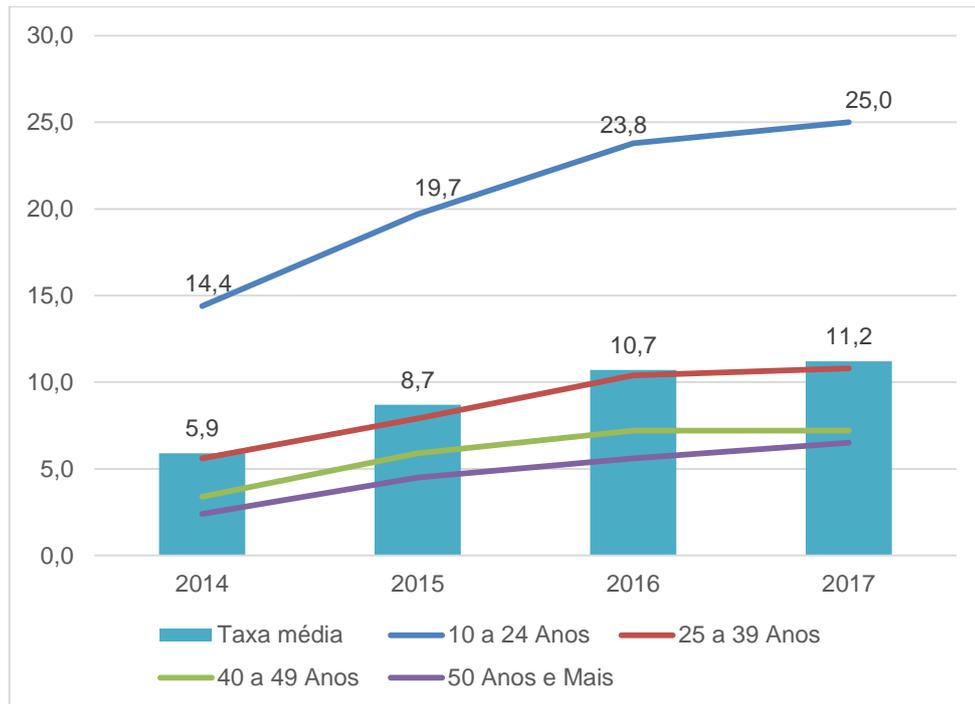
Figura 5 - Taxa de desemprego de negros e não negros, Região Metropolitana de Porto Alegre, 2014-2017 (média anual, %)



Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Ao observar o desemprego por um recorte etário, temos a situação em que os jovens apresentam via de regra as maiores taxas, como se verifica na Figura 6. No período da recessão, a taxa de desemprego no grupo de 10 a 24 anos saltou de 14,4% em 2014 para 25,0% em 2017, correspondendo a uma variação absoluta de 10,6 p.p. Decompondo o desemprego segundo outros grupos etários é possível identificar um crescimento continuado nas taxas, à exceção da faixa de 40 a 49 anos em 2017. Ao se confrontarem os dados do ano final e da base de comparação, resulta que a taxa de desemprego do segmento mais jovem afastou-se, em termos absolutos, da taxa média relativa ao conjunto dos desempregados.

Figura 6 - Taxa de desemprego, total e por faixa etária, Região Metropolitana de Porto Alegre, 2014-2017 (média anual, %)



Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

3.3 O DESEMPREGO NA RECESSÃO 2015-2017 E NA DESACELERAÇÃO 1996-1999

Como observamos acima na Figura 3, em pouco mais de duas décadas, a economia brasileira vivenciou dois períodos de elevação contínua e rápida do desemprego da força de trabalho. Cronologicamente, o primeiro período está associado à forte desaceleração no ritmo da atividade ocorrida no quadriênio 1996-1999, enquanto o segundo período se refere à recessão 2015-2017, que é o objeto principal deste trabalho. Cabe contrastá-los a fim de evidenciar a intensidade relativa da precarização do mercado de trabalho medida pela taxa de desemprego e por outros indicadores básicos.

Na Tabela 2, mostramos as trajetórias da taxa geral de desemprego nos dois períodos considerados, ordenando os dados entre o ano-base de comparação e o último ano de cada um. Duas são as constatações principais. Em primeiro lugar, as taxas de desemprego foram sistematicamente mais elevadas no período dos anos 1990, situando-se em patamares superiores a 12,0% da PEA na RMPA. Em segundo lugar, quanto aos ritmos de expansão do desemprego, ainda que relativamente próximos, foi mais forte durante a desaceleração de 1996-1999, quando a variação

absoluta anual média da taxa atingiu 2,07 pp. Já na recessão econômica de 2015-2017, essa variação foi de 1,76 pp.

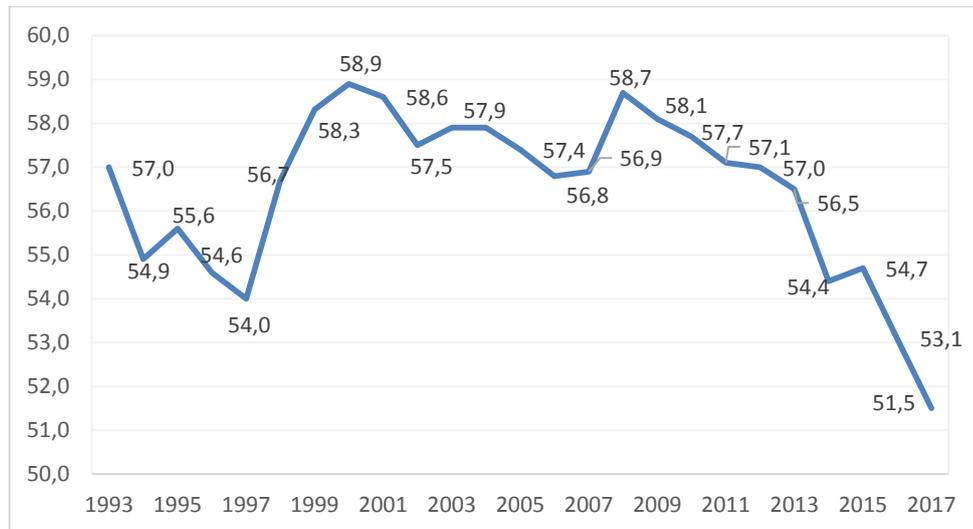
Tabela 2 - Taxa de desemprego total, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1995-1999 e 2014-2017 (média anual, %)

Desaceleração 1996-1999		Recessão 2015-2017	
Ano	Taxa	Ano	Taxa
1995 (base)	10,7	2014 (base)	5,9
1996	13,1	2015	8,7
1997	13,4	2016	10,7
1998	15,9	2017	11,2
1999	19,0		

Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Há, todavia, uma singularidade quanto à participação da PIA na atividade econômica que distingue ambos os períodos e que ajuda na interpretação das trajetórias relativas das taxas de desemprego. Na Figura 7, apresenta-se a evolução da taxa anual de participação da PIA na RMPA entre os anos de 1993 e 2017. Nela, é possível observar que, durante a desaceleração econômica da década de 1990, essa taxa situou-se em patamar mais elevado ao final do período do que no ano-base de comparação. De modo contrário, no triênio recessivo de 2015-2017, a taxa de participação, após evidenciar pequeno aumento em 2015, desabou no biênio 2016-2017, passando de 54,4% em 2014 para 51,5% em 2017, ou seja, nada menos do que um contingente igual a 2,9% da PIA se retirou do mercado de trabalho. Portanto, podemos afirmar que o ajuste do mercado de trabalho ao fraco desempenho da economia na segunda metade dos anos 1990 esteve concentrado no aumento do desemprego, ao passo que na recessão de 2015-2017, esse ajuste possuiu dois componentes principais, que foram o salto na taxa de desemprego e a migração de parcela significativa da PIA para a inatividade.

Figura 7 - Taxa de participação, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1993 -2017 (média anual, %)



Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora.

Cabe ampliar essa análise a fim de contemplar os fluxos básicos do mercado de trabalho. A Tabela 3 mostra a evolução da PEA, do número de ocupados, do número de desempregados e do número de inativos no período de desaceleração econômica de 1996-1999. Neste quadriênio, além da desaceleração propriamente dita, outros fatores como reestruturação produtiva, abertura econômica e privatizações impactaram o mercado de trabalho. Entre 1995 e 1999, houve um aumento acumulado de 15,1% da PEA e de apenas 3,0% no contingente dos inativos na área metropolitana de Porto Alegre. O número de ocupados aumentou 4,4% e o de desempregados mais do que duplicou ao longo do período, acumulando variação de 103,9%.

Tabela 3 - PEA, ocupados, desempregados e inativos, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1995-1999 (em mil pessoas e variações percentuais)

Ano	PEA	Variação Anual	Ocupados	Variação Anual	Desempregados	Variação Anual	Inativos	Variação Anual
1995	1.447		1.292		155		1.155	
1996	1.457	0,7%	1.266	-2,0%	191	23,2%	1.212	4,9%
1997	1.469	0,8%	1.272	0,5%	197	3,1%	1.252	3,3%
1998	1.576	7,3%	1.325	4,2%	251	27,4%	1.204	-3,8%
1999	1.665	5,6%	1.349	1,8%	316	25,9%	1.190	-1,2%
Variação Média Anual		3,57%		1,09%		19,49%		0,7%
Variação Acumulada 1996-99		15,07%		4,41%		103,87%		3,03%

Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

A Tabela 4 apresenta os mesmos indicadores para o triênio da recessão econômica de 2015-2017. Verifica-se que a PEA acumulou uma redução de 4,2% em comparação com a base no ano de 2014, enquanto o total de inativos se expandiu em 7,7% na RMPA. O número de ocupados recuou 9,6% e o de desempregados quase duplicou, com aumento de 81,4% ao longo do triênio.

Tabela 4 - PEA, ocupados, desempregados e inativos, Região Metropolitana de Porto Alegre, 2014-2017 (em mil pessoas e variações percentuais)

Ano	PEA	Variação Anual	Ocupados	Variação Anual	Desempregados	Variação Anual	Inativos	Variação Anual
2014	1.913	-	1.800	-	113	-	1.604	-
2015	1.938	1,3%	1.769	-1,7%	169	49,6%	1.605	0,06%
2016	1.888	-2,6%	1.686	-4,7%	202	19,5%	1.668	3,93%
2017	1.833	-2,9%	1.628	-3,4%	205	1,5%	1.727	3,54%
Variação Média Anual		-1,4%		-3,3%		22,0%		2,49%
Variação Acumulada 2015-17		-4,2%		-9,6%		81,4%		7,67%

Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Não obstante os dois períodos de piora no mercado de trabalho terem sido caracterizados por um forte aumento do desemprego, a evidência colhida mediante outros indicadores gerais sugere algumas diferenças relevantes nas dinâmicas de ambos os períodos, como já apontamos acima ao considerar a taxa de participação em conjunto com a taxa de desemprego. A fim de destacar essas diferenças, apresentamos uma tabela de síntese (Tabela 5), que mostra variações médias e posições para indicadores selecionados.

Tabela 5 - Indicadores selecionados do mercado de trabalho, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1995-1999 e 2014-2017 (%)

Indicadores	1995-1999	2014-2017
Variação relativa média anual da PEA	3,6	-1,4
Variação relativa média anual dos inativos	0,7	2,5
Variação relativa média anual dos ocupados	1,1	-3,3
Variação relativa média anual dos desempregados	19,5	22
Taxa de participação no ano inicial	55,6	54,4
Taxa de participação no ano final	58,3	51,5
Taxa de desemprego no ano inicial	10,7	5,9
Taxa de desemprego no ano final	19,0	11,2

Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Quando contrastamos os desempenhos do mercado do trabalho nos dois períodos no que se refere à condição de atividade da população, notadamente quanto ao desemprego, os resultados sugerem que a crise recente parece ter gerado impactos mais fortes do que a desaceleração da década de 1990. Ainda que a variação absoluta média na taxa de desemprego tenha sido levemente maior entre 1995 e 1999, como destacado anteriormente, todos os demais indicadores básicos apontam para uma deterioração mais intensa na crise de 2015-2017. Isto porque, neste período, o número de ocupados diminuiu em termos absolutos e a contração nos postos de trabalho acabou por se expressar tanto num aumento no número e na taxa de desempregados, como numa ampliação do contingente de pessoas desocupadas que migraram para a inatividade econômica, provavelmente em face da forte retração do mercado de trabalho, resultando em uma diminuição na PEA e na taxa de participação. Já nos anos 1996-1999, não obstante o vultoso aumento no desemprego, houve ampliação no número de ocupados e na PEA. Portanto, sob a ótica das condições de atividade da população aferidas pelos indicadores básicos do mercado de trabalho, o agravamento dessas condições durante a recessão econômica de 2015-2017 foi mais severo do que na desaceleração dos anos 1990.

4 PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE NA RECESSÃO 2015-2017

Neste capítulo, ampliamos a análise das mudanças no mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre sob as condições da recessão econômica de 2015-2017 ao investigar dimensões normalmente associadas à qualidade do desempenho desse mercado. Para tanto, utilizamos a metodologia desenvolvida por Toni (2005) na construção de um Índice de Precarização (IP). O estudo de Toni investigou o mercado de trabalho da RMPA na década de 1990 e nos primeiros anos do novo século com o propósito de caracterizar o que era visto como um processo de precarização. Procuramos aqui seguir os passos desse estudo e recalculamos o IP para um período mais longo, cobrindo os anos de 1993, quando inicia a série de dados anuais da PED-RMPA, a 2017. Neste sentido, na primeira seção, recuperamos brevemente os elementos do debate sobre precarização que amparou o trabalho de Toni; na segunda seção, apresentamos a metodologia de construção do IP; e, por fim, na terceira seção, analisamos a evidência acerca do mercado de trabalho da RMPA. Em conformidade com o objeto de nosso trabalho, a análise discorre especialmente sobre a conjuntura da crise econômica do triênio 2015-2017 e apresenta uma comparação com os resultados observados durante a desaceleração da atividade ocorrida na segunda metade da década de 1990, buscando identificar as dimensões de deterioração do mercado de trabalho em ambos os períodos.

4.1 PRECARIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

A precarização é um tema recorrente em análises do mercado de trabalho brasileiro, ainda que o termo tenha se tornado costumeiro apenas a partir da última década do século XX. Às desigualdades históricas ou estruturais da economia brasileira, ao longo dos anos 1990 somaram-se processos como o avanço da globalização, privatizações, a estabilização monetária ancorada em câmbio apreciado e a incorporação de tecnologias associadas à terceira revolução industrial. Estes atingiram mais fortemente mulheres, jovens e negros, ou seja, aqueles grupos inseridos em empregos de menor prestígio, muitas vezes fora do abrigo da proteção social e com menores salários relativos, os quais se classificam como empregos precários. Nos primeiros anos do século XXI, a referência à precarização do mercado

de trabalho ganhou novo status, pois influenciou a adoção de políticas públicas visando à melhora nas condições de inserção dos grupos da população normalmente pior situados nesse mercado (TONI, 2004).

Mesmo naquele contexto de fins do século XX – vale dizer, antes que se falasse de uma quarta revolução industrial – o processo de precarização do trabalho não se restringia à economia brasileira, estando inserido em um novo modelo de acumulação capitalista associado à flexibilidade operacional e à desregulamentação das normas trabalhistas. Os propósitos dessas mudanças eram um aumento na intensificação do trabalho e uma redução nas restrições impostas às decisões empresariais pela legislação estatal ou por contratos coletivos no que tange, especialmente, às jornadas e às formas de contratação da força de trabalho. No caso brasileiro, o processo é bem ilustrado na série de mudanças normativas que caracterizaram uma paulatina reforma trabalhista realizada durante o governo FHC (1995-2002). Assim, por exemplo, a maior liberdade de terceirização e de contratação por tempo parcial ou por tempo determinado (emprego temporário), de jovens aprendizes e de estagiários – formas de contratação associadas a baixos salários, alta rotatividade, baixa qualificação, reduzida interferência sindical e fraca proteção legal – revela a face mais conhecida da precarização do trabalho induzida por políticas de governo no Brasil.

O fenômeno mundial da precarização impacta negativamente os trabalhadores, independentemente da estrutura e da condição econômica momentânea de cada país. No período precedente de expansão contínua da economia capitalista, que se estendeu do pós-guerra ao final dos anos 1970, o processo de acumulação calcado na produção de bens de consumo de massa associava-se a um perfil de trabalhador assalariado ocupado em postos relativamente estáveis, protegidos por legislação ou negociação coletiva e com benefícios de seguridade social. Havia um compromisso tácito ou explícito entre Estado, Trabalho e Capital que, ao ser dissolvido a partir dos anos 1980, originou um novo regime de acumulação denominado “flexível” (HARVEY, 1992, p. 132).

Temos, pois, que o fenômeno da precarização do trabalho correlaciona-se com a dinâmica da sociedade capitalista em suas diferentes etapas históricas. O modelo de acumulação flexível mostrou-se mais eficaz para a reprodução capitalista a partir do final dos anos 1970, tendo ocorrido uma ruptura com o padrão fordista vigente até então e com os esquemas de proteção associados ao Estado de Bem-Estar. De acordo com Druck (2011, p. 43), passou-se a viver um “...tempo de novos (des)

empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato”.

De acordo com diferentes estudos do INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA), um dos efeitos colaterais do Plano Real foi a consolidação do mercado informal de trabalho (TAFNER, 2006), onde traz que, até 1995, a cada aumento na oferta de emprego formal correspondia uma redução do índice de trabalhadores na informalidade, entretanto, a lógica mudou e a tendência mostra que a criação de novos empregos com carteira assinada não causa mais esse impacto. Passando a informalidade a fazer parte do mercado de trabalho brasileiro. Segundo a OIT (1998), o arranjo precário decorrente do modelo de acumulação flexível afetou intensamente a população assalariada, fazendo com que mais e mais trabalhadores se inserissem em ocupações irregulares ou informais e padecessem de altas taxas de rotatividade e queda nos rendimentos. Ampliou-se o regime de subcontratação e renovaram-se as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho.

Neste contexto de maiores complexidades no mercado de trabalho, a ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) formulou um de seus mais importantes programas de ação, ao qual denominou de Trabalho Decente. Esse programa busca o monitoramento das condições de trabalho precárias e estabelece uma carta de preceitos a serem seguidos no mundo do trabalho. Assim segundo as NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONUBR, [1998]:

Frente aos desafios da globalização e dos déficits das políticas em matéria de crescimento e emprego, a OIT instituiu o Trabalho Decente como o objetivo central de todas as suas políticas e programas. A noção de Trabalho Decente abrange a promoção de oportunidades para mulheres e homens do mundo para conseguir um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna. O Trabalho Decente é o eixo central para onde convergem os quatro objetivos estratégicos da OIT: A) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho; B) promoção do emprego de qualidade; C) extensão da proteção social; D) fortalecimento do diálogo social.

O Trabalho Decente deve constituir a essência das estratégias mundiais, nacionais e locais para alcançar o progresso econômico e social e para dar cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados com a erradicação da pobreza extrema.

Nesse sentido, na Resolução final da Assembleia Geral da ONU, adotada em setembro de 2005, os Chefes de Estado e de Governo afirmam seu compromisso de que os objetivos do emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, especialmente para as mulheres e os jovens, sejam uma meta fundamental das nossas políticas nacionais e internacionais e de

nossas estratégias nacionais de desenvolvimento, incluindo as estratégias de redução da pobreza.

Da mesma forma, 34 chefes de Estado e de Governo de todo o continente americano assinaram, em 2005, a Declaração e o Plano de Ação de Mar del Plata, nos quais se comprometem a 'implementar políticas ativas que gerem trabalho decente e criem condições de emprego de qualidade'.

O conceito de Trabalho Decente ganhou mais força, em julho de 2006, quando o Conselho Econômico e Social da ONU recomendou ao sistema das Nações Unidas apoiar e financiar programas e esforços de geração de emprego produtivo e colaborar na implementação do trabalho decente para todos.

Retornando ao caso da economia brasileira e buscando uma síntese das oscilações do mercado de trabalho já nos marcos da acumulação flexível, tem-se que os anos 1990 foram caracterizados por aumento de precarização e ampliação das desigualdades sociais. Houve elevação do desemprego e dos empregos sem registro de contrato, fraca geração de empregos com contrato registrado e aumento no número de trabalhadores autônomos e domésticos. No início dos anos 2000, observa-se uma tênue recuperação alicerçada em desvalorização cambial, contribuindo para um incremento do nível de emprego e atenuando os sinais de fragilidade no mercado de trabalho.

Em 2003, inicia-se um período de aproximadamente dez anos de melhora continuada do mercado de trabalho. Como registramos no capítulo anterior, a taxa de desemprego diminuiu progressivamente até atingir seu menor valor na área de referência de nosso estudo no ano de 2014. Neste ano, a taxa de desemprego da RMPA foi de 5,9% da PEA, levantando questionamentos se esta não seria uma "taxa de pleno emprego".

No período recente, contudo, a rápida piora nas condições da economia e do mercado de trabalho manifestou-se, como já sistematizado, numa brusca elevação da taxa de desemprego. De modo mais amplo, a recessão econômica do triênio 2015-2017 foi marcada pela precarização generalizada das condições do mercado de trabalho como parecem atestar os indicadores de elevação substancial da taxa de desemprego, de redução do nível de emprego e de queda nos rendimentos reais. A magnitude deste processo de precarização é investigada nas próximas seções.

4.2 METODOLOGIA DO ÍNDICE DE PRECARIZAÇÃO

A compreensão das mudanças no desempenho do mercado de trabalho – especificamente, no caso do presente estudo, de mudanças que representam piora

ou precarização nas condições desse mercado – requerem a consideração de múltiplas dimensões de seu funcionamento. Uma forma de atentar para essas múltiplas dimensões e ao mesmo tempo delas extrair uma expressão de síntese, à qual têm recorrido também os analistas do mundo do trabalho, é a construção de índices que permitam avaliar as trajetórias mais significativas do mercado de trabalho. Saboia (1999) e Freire (2006), por exemplo, construíram tais indicadores com base em metodologias próprias, assim como organizações multilaterais como a OIT buscam compreender as condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho a partir de variadas dimensões.

Ao observar o processo de piora generalizada das condições do mercado de trabalho urbano do Brasil nos anos 1990, Toni (2005) realizou estudo empírico com o propósito de mensurar as dimensões dessa piora mediante a construção de um Índice de Precarização (IP) aplicado ao caso da região metropolitana de Porto Alegre. Procuramos, no presente trabalho, replicar a metodologia desenvolvida por Toni em nossa análise da degradação das condições de trabalho na recessão econômica do triênio 2015-2017. Assim, passamos a expor a metodologia do IP. O índice toma em consideração três dimensões básicas referentes à condição de inserção da PEA na atividade laboral, a saber:

- a) dimensão 1: inserção ocupacional;
- b) dimensão 2: desemprego; e
- c) dimensão 3: rendimentos do trabalho.

A *performance* do mercado de trabalho quanto a cada uma dessas dimensões, por sua vez, busca ser capturada por meio de um conjunto de indicadores específicos, que se encontram reunidos no Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensões e indicadores do Índice de Precarização do mercado de trabalho de Toni

Dimensão	Indicador
(1) Inserção ocupacional	(11) Percentual dos ocupados que são assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada ou trabalhadores do setor público com carteira de trabalho assinada e estatutários
	(12) Percentual dos ocupados que são outros trabalhadores (que não os do indicador 11) que contribuem para a previdência
	(13) Tempo médio de permanência no trabalho atual
(2) Desemprego	(21) Taxa geral de desemprego
	(22) Tempo médio de procura por trabalho
	(23) Taxa de desemprego dos chefes de domicílio
(3) Rendimentos do trabalho	(31) Rendimento médio real por hora dos ocupados
	(32) Índice de Gini

Fonte: Adaptado de Toni (2005). Elaboração da autora (2018).

Cada um dos indicadores que compõem as dimensões do IP são padronizados a fim de que se expressem em índices variando entre 0 e 1, sendo que os valores menores, ou mais próximos de zero, revelam melhores condições no mercado de trabalho, e os valores maiores ou mais próximos de um correspondem a condições menos favoráveis ou, vistos por um corte longitudinal, a um aumento da precarização no mercado de trabalho. Dado que alguns indicadores guardam relação inversa com essa construção do IP, pois o aumento no seu valor significa melhora na condição de inserção do indivíduo (casos dos indicadores de inserção ocupacional e do rendimento), enquanto para outros a relação é direta e o aumento significa piora (casos dos indicadores de desemprego e do índice de Gini), procede-se a uma padronização a partir dos valores de mínimo e de máximo de cada indicador observados na série temporal da PED-RMPA de 1993 a 2017. Vale dizer, cada índice singular corresponde a uma posição relativa no intervalo de variação do indicador na série da PED. Tem-se, portanto, os procedimentos abaixo especificados.

- I. Para os indicadores em que valores maiores significam melhoria no mercado de trabalho, o índice singular é calculado conforme a equação 1:

$$I_{i,t} = (E_{i,t} - E_{i,max}) / (E_{i,min} - E_{i,max}) \quad [1]$$

- II. Para os indicadores em que valores maiores significam piora no mercado de trabalho, o índice singular é calculado conforme a equação 2:

$$I_{i,t} = (E_{i,t} - E_{i,min}) / (E_{i,max} - E_{i,min}) \quad [2]$$

Onde:

$I_{i,t}$ = Índice correspondente ao indicador singular i no período t

$E_{i,t}$ = Valor do indicador singular i no período t

$E_{i,max}$ = Valor máximo do indicador singular i na série de dados

$E_{i,min}$ = Valor mínimo do indicador singular i na série de dados

Para fins de cálculo dos índices de cada componente singular do Índice de Precarização, extraíram-se os valores de mínimo e de máximo dos indicadores na série de dados da PED-RMPA referente ao período 1993-2017. Esses valores constam da Tabela 6.

Tabela 6 - Valores de mínimo e de máximo dos indicadores que compõem o Índice de Precarização, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1993-2017

Indicador	Valor Mínimo	Valor Máximo
(11) ocupados que são assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público com carteira de trabalho assinada e estatutários (%)	50,5	68,6
(12) ocupados que são outros trabalhadores (que não os do indicador 11) que contribuem para a Previdência (%)	31,9	64,0
(13) tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	55	89
(21) taxa global de desemprego (%)	5,0	22,7
(22) tempo médio de procura por trabalho (meses)	3,8	12,6
(23) taxa de desemprego dos chefes de domicílio (%)	2,6	18,4
(31) rendimento médio real por hora dos ocupados (R\$)	8,11	14,73
(32) índice de Gini	-	-

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA. Elaboração da autora (2018).

Notas: (1) Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE; valores em reais de dez./17.

Uma vez conhecidos os valores de mínimo e de máximo dos indicadores, é possível computar os índices singulares com base nas equações apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Equações para cálculo dos índices de cada um dos indicadores que compõem o Índice de Precarização

Indicador	Índice
(11) Ocupados que são assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público com carteira de trabalho assinada e estatutários (%)	$I_{11,t} = \frac{E_{11,t}-68,6}{50,5-68,6}$
(12) Ocupados que são outros trabalhadores (que não os do indicador 11) que contribuem para a Previdência (%)	$I_{12,t} = \frac{E_{12,t}-64,0}{31,9-64,0}$
(13) Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	$I_{13,t} = \frac{E_{13,t}-89}{55-89}$
(21) Taxa global de desemprego (%)	$I_{21,t} = \frac{E_{21,t}-5,0}{22,7-5,0}$
(22) Tempo médio de procura por trabalho (meses)	$I_{22,t} = \frac{E_{22,t}-3,8}{12,6-3,8}$
(23) Taxa de desemprego dos chefes de domicílio (%)	$I_{23,t} = \frac{E_{23,t}-2,6}{18,4-2,6}$
(31) Rendimento médio real por hora dos ocupados (R\$)	$I_{31,t} = \frac{E_{31,t}-14,73}{8,11-14,73}$
(32) Índice de Gini	$I_{32,t} = E_{32,t}$

Fonte: Toni (2005); PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Os índices correspondentes aos indicadores singulares, por sua vez, dão origem a índices referentes a cada uma das três dimensões do desempenho do mercado de trabalho consideradas na construção do IP, a saber: inserção ocupacional, desemprego e rendimentos do trabalho. Os indicadores devem ser ponderados por fatores que expressam a importância relativa que lhes é atribuída no estudo de Toni (2005). As equações dos índices das dimensões são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Equações para cálculo dos índices de cada uma das dimensões do mercado de trabalho que compõem o Índice de Precarização

Dimensão	Índice
(1) Inserção ocupacional	$I_{1,t} = 0,5 * I_{11,t} + 0,17 * I_{12,t} + 0,33 * I_{13,t}$
(2) Desemprego	$I_{2,t} = 0,5 * I_{21,t} + 0,33 * I_{22,t} + 0,17 * I_{23,t}$
(3) Rendimentos do trabalho	$I_{3,t} = 0,33 * I_{31,t} + 0,67 * I_{32,t}$

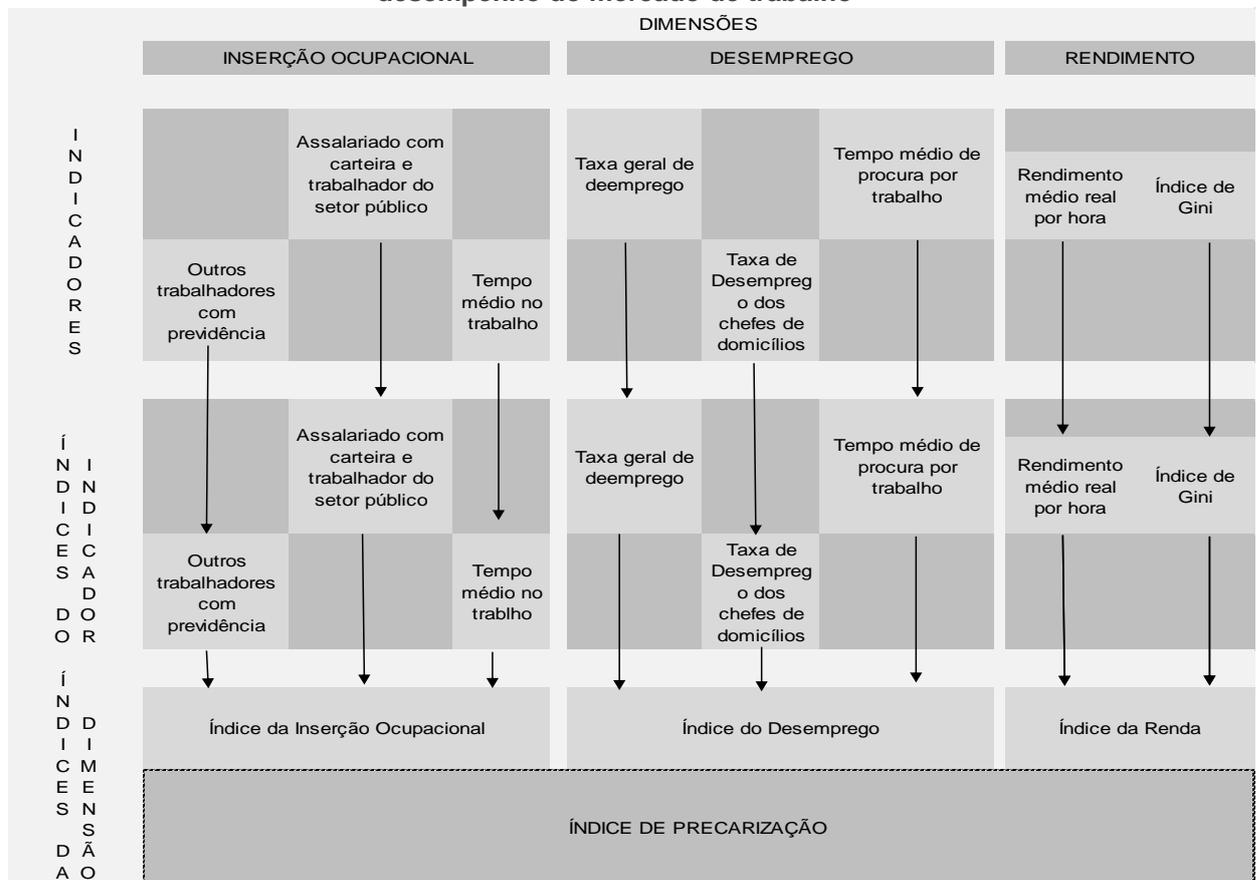
Fonte: Toni (2005). Elaboração da autora (2018).

O Índice de Precarização geral em um período t (IP_t) corresponde à média aritmética simples dos índices relativos a cada uma das três dimensões, como destacado na equação 3.

$$IP_t = (I_{1,t} + I_{2,t} + I_{3,t}) / 3 \quad [3]$$

Uma síntese dos procedimentos adotados na construção do Índice de Precarização é exposta na Figura 8.

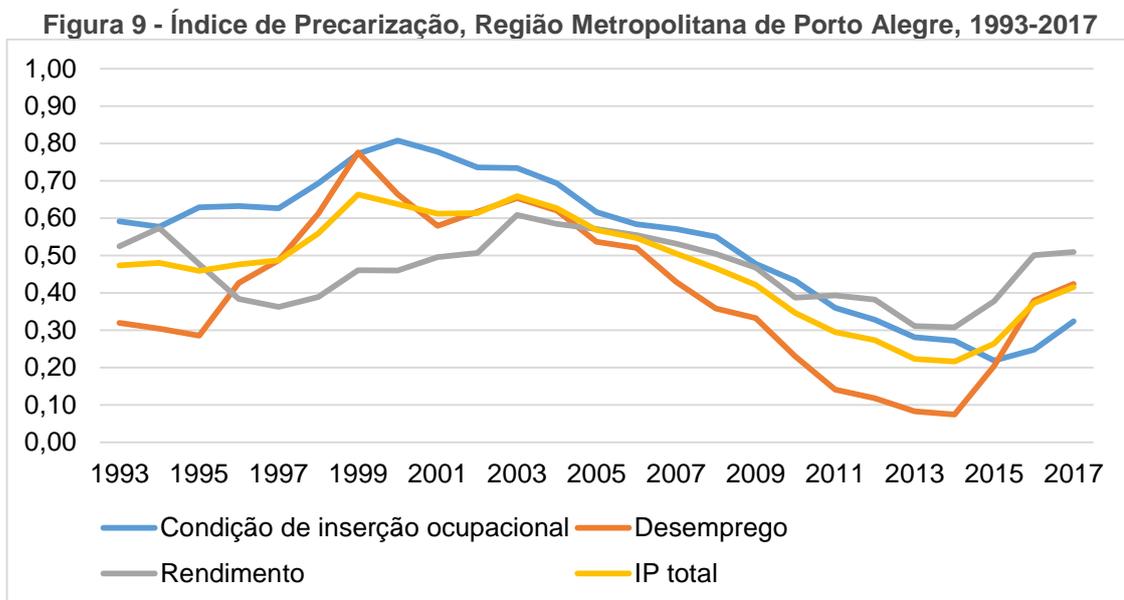
Figura 8 - Construção do Índice de Precarização a partir de indicadores e dimensões do desempenho do mercado de trabalho



Fonte: Toni (2005). Elaboração da autora (2018).

4.3 PRECARIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE NA RECESSÃO 2015-2017

Uma inspeção preliminar da evolução do Índice de Precarização geral para a região metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1993 a 2017 mostra que seu comportamento, como esperado, acompanhou a trajetória do desemprego analisada no capítulo anterior. Assim, como se observa na Figura 9, o IP cresce na segunda metade dos anos 1990 em face da desaceleração no ritmo de crescimento da economia, diminui gradativamente ao longo do chamado período áureo (2003-2014) e volta a crescer durante a recessão econômica de 2015-2017.



Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Ao se decompor o IP conforme as três dimensões de desempenho do mercado de trabalho e seus indicadores, é possível analisar a severidade da crise nos anos 2015-2017. Os dados da RMPA mostrados na Tabela 7 iniciam no ano tomado como base de comparação (2014), quando o IP registra seu menor valor em toda a série histórica 1993-2017, igual a 0,22, correspondendo ao ano de melhores condições conjuntas do mercado de trabalho segundo a metodologia de Toni (2005). No triênio recessivo, entretanto, verifica-se um rápido e contínuo crescimento da precarização mensurada pelo IP, o qual atinge virtualmente dobre seu valor para 0,41 no ano de 2017.

Tabela 7 - Índice de Precarização e seus componentes, Região Metropolitana de Porto Alegre, 2014-2017

INDICADORES	2014	2015	2016	2017
IP total	0,22	0,26	0,37	0,41
Dimensões				
Condição de inserção ocupacional	0,27	0,22	0,25	0,32
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	0,18	0,12	0,22	0,26
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência	0,32	0,24	0,29	0,34
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	0,38	0,35	0,26	0,41
Desemprego	0,07	0,20	0,38	0,42
Taxa global de desemprego	0,05	0,21	0,32	0,35
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	0,13	0,19	0,51	0,59
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,04	0,21	0,29	0,32
Rendimento	0,31	0,38	0,50	0,51
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,27	0,38	0,57	0,59
Índice de Gini	0,38	0,38	0,37	0,35

Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Desagregando o IP por suas dimensões, é notório que a dimensão desemprego registrou o maior salto, saindo de um valor bastante baixo (0,07) em 2014 para o valor 0,42 em 2017, um patamar seis vezes mais elevado que revela a forte piora relativa no mercado de trabalho metropolitano. Todos os indicadores dessa dimensão apresentaram saltos expressivos: elevou-se o desemprego geral, que atingiu com força os ocupados na condição de chefes de domicílio – os quais normalmente contribuem com a maior parcela da renda familiar –, e aumentou consideravelmente o tempo de procura de trabalho dispendido pelos desempregados, o que é típico de um quadro de condições deterioradas.

Outra dimensão que revela o forte impacto da recessão é a dos rendimentos do trabalho. O índice aumentou 64,5%, passando de 0,31 em 2014 para 0,51 em 2017. O comportamento desse indicador, todavia, deve-se exclusivamente à forte redução nos rendimentos reais do trabalho, com o índice do indicador singular mais do que duplicando seu valor no triênio. Já o índice de Gini mostrou uma pequena redução, sugerindo que a queda geral nos rendimentos do trabalho se fez acompanhar por uma tênue diminuição na desigualdade da distribuição. Tal resultado pode ser explicado como um efeito residual da política de valorização do salário mínimo implantada nos governos Lula-Dilma e cuja regulamentação se manteve em vigor mesmo após o afastamento da presidente em 2016. Essa política impacta favoravelmente os salários de base da economia, evitando uma redução maior desses rendimentos numa conjuntura recessiva.

A queda nos rendimentos do trabalho realimenta o ciclo recessivo. Isto porque a renda oriunda do trabalho da massa de ocupados de baixa remuneração é normalmente revertida em consumo e raramente em poupança. Com a queda conjunta da renda e da ocupação, a massa de rendimentos diminuiu e o consumo das famílias foi significativamente reduzido, afetando negativamente o ritmo da atividade econômica.

Na dimensão da inserção ocupacional, o indicador com maior impacto foi o da parcela de trabalhadores assalariados com contrato formalizado. Os dois outros indicadores – parcela de outros trabalhadores que contribuem para a previdência e tempo de permanência no trabalho – também evidenciaram piora, ainda que de forma menos intensa, nas condições do mercado de trabalho.

As variações ocorridas no mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre durante a recessão econômica de 2015-2017 assemelham-se ao que se observou no período de desaceleração da atividade de fins da década de 1990, mas há algumas diferenças interessantes de serem examinadas. No capítulo anterior, assinalamos que a taxa de desemprego aumentou consideravelmente em ambos os períodos, mas a dinâmica da participação da PIA no mercado de trabalho foi distinta, aumentando numa conjuntura e reduzindo em outra. Vejamos as semelhanças e diferenças quanto às dimensões e indicadores de precarização aproximando-nos, inicialmente, dos dados da Tabela 8 sobre os anos 1995-1999.

Tabela 8 - Índice de Precarização e seus componentes, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1995-1999

INDICADORES	1995	1996	1997	1998	1999
IP total	0,46	0,48	0,49	0,56	0,66
Dimensões					
Condição de inserção ocupacional	0,63	0,63	0,63	0,69	0,77
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	0,52	0,56	0,57	0,69	0,78
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência	0,79	0,77	0,64	0,73	0,81
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	0,71	0,68	0,71	0,68	0,74
Desemprego	0,28	0,43	0,49	0,61	0,78
Taxa global de desemprego	0,32	0,46	0,47	0,62	0,79
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	0,26	0,41	0,55	0,68	0,84
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,22	0,37	0,41	0,46	0,61
Rendimento	0,48	0,38	0,36	0,39	0,46
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,48	0,35	0,32	0,36	0,46
Índice de Gini	0,46	0,45	0,45	0,45	0,46

Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Tomando-se o ano de 1995 como base de comparação, houve um incremento acumulado de 43,5% no IP até o ano de 1999. A principal dimensão explicativa dessa piora no mercado de trabalho foi o desemprego, com forte deterioração nos três indicadores dessa dimensão. Nos anos de 1990, aconteceram profundas transformações no sistema das relações de trabalho no Brasil, tanto na dimensão do contexto tecnológico, quanto nas regras estatutárias aplicadas à relação de emprego. A reestruturação produtiva e a flexibilização das leis trabalhistas, a par da desaceleração no ritmo da atividade, concorreram para o aumento no desemprego e, por conseguinte, para a precarização do mercado de trabalho.

A dimensão da inserção ocupacional também apresentou um crescimento, ainda que menos pronunciado, da precarização, pois o índice passou de 0,63 em 1995 para 0,77 em 1999. Os três indicadores evoluíram no mesmo sentido, distinguindo-se, todavia, pela magnitude da variação. Neste sentido, verifica-se que o principal fator explicativo de piora nas condições de inserção ocupacional foi a redução na parcela formalizada da ocupação, ou seja, dos assalariados do setor privado com registro do contrato na carteira e dos assalariados do setor público. Os dois outros fatores contribuíram em bem menor proporção com a piora no índice dessa dimensão.

Já a dimensão dos rendimentos do trabalho evidenciou uma tênue melhora, sendo mais apropriado se referir a uma estabilidade no contraste entre o ano final (1999) e a base de comparação (1995). Ainda assim, cabe atentar para o comportamento do rendimento médio real dentro do quadriênio. Este melhorou consideravelmente no biênio 1996-1997 para depois variar negativamente, em especial no ano de 1999 em face da performance pobre do PIB e da aceleração inflacionária. Quanto ao índice de Gini, este manteve-se inalterado em relação à base.

A Tabela 9 sistematiza as variações absolutas anuais médias nos índices das dimensões do mercado de trabalho e de seus componentes e no IP total nos dois períodos de precarização do mercado de trabalho. Isto permite-nos assinalar as principais semelhanças e diferenças na dinâmica do mercado de trabalho da RMPA com o foco na questão da precarização.

Tabela 9 - Variação absoluta anual média do IP e de seus componentes, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1995-1999 e 2015-2017

INDICADORES	96-99	15-17
IP total	0,051	0,066
Dimensões		
Condição de inserção ocupacional	0,036	0,017
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	0,065	0,026
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência	0,006	0,006
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	0,007	0,010
Desemprego	0,123	0,117
Taxa global de desemprego	0,117	0,100
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	0,145	0,155
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,096	0,091
Rendimento	-0,004	0,067
Rendimento médio real por hora trabalhada	-0,006	0,105
Índice de Gini	0,000	-0,010

Fonte: PED-RMPA. Elaboração da autora (2018).

Com base nos dados da Tabela 9, podemos afirmar que o ritmo de intensificação da precarização do mercado de trabalho foi mais intenso na recessão econômica do triênio 2015-2017 do que na conjuntura de desaceleração da atividade, em meio à reestruturação produtiva, dos anos 1990. Em ambos os períodos, a dimensão do desemprego foi a que apresentou o pior comportamento. Não obstante, essa dimensão contribuiu em proporções distintas para a deterioração do mercado de trabalho em um e outro período. Na recessão econômica de 2015-2017, a dimensão do desemprego respondeu por 58,3% da variação no IP total, enquanto sua contribuição foi bem maior, igual a 80,6%, na conjuntura de fins do século XX.

Em ambos os períodos, a dimensão da inserção ocupacional também foi responsável pelo aumento na precarização do mercado de trabalho. Porém, a exemplo do que ocorreu com a dimensão do desemprego, há distintas contribuições para esse aumento, sendo de 22,6% na segunda metade dos anos 1990 e de apenas 8,3% na recessão econômica pós-2014.

A dimensão em que se observa a maior diferença de performance é a dos rendimentos do trabalho. Na desaceleração do quadriênio 1996-1999, como destacamos acima, o índice desta dimensão mostrou relativa estabilidade na comparação de ponta a ponta. Bem diferente foi o que ocorreu na recessão econômica de 2015-2017, quando a dimensão dos rendimentos contribuiu com 33,3% da piora

no Índice de Precarização do mercado de trabalho, destacando-se, de modo isolado, o indicador de rendimento médio real do trabalho.

Em síntese, temos que o processo de precarização dos anos 1990 se caracterizou por uma combinação de forte aumento do desemprego e de piora na qualidade da ocupação quanto à formalização do contrato de trabalho, sem que a remuneração média dos ocupados tenha se deteriorado em comparação com o ano de 1995. Na recessão econômica do triênio 2015-2017, há uma piora mais intensa e generalizada em todos os indicadores, à exceção do índice de Gini, com especial destaque negativo para a dimensão do desemprego e o indicador de rendimento real do trabalho. Neste sentido, podemos qualificar como mais severo o processo de precarização observado na segunda década do século XXI.

5 CONCLUSÃO

O contexto de recessão econômica pelo qual o Brasil passou no triênio 2015-2017 trouxe consequências severas para o mercado de trabalho. Houve forte aumento no desemprego, queda do número de trabalhadores com carteira assinada e redução dos rendimentos reais, dentre outros importantes resultados, os quais, em seu conjunto, configuraram uma situação de aumento na precarização do mercado de trabalho. Esse fenômeno da precarização, considerado um intervalo de tempo mais amplo, não se restringe à economia brasileira e de outros países periféricos, devendo ser considerado em escala mundial, como vem sendo destacado em estudos e estatísticas variadas. Organismos como a OIT contribuem para este debate buscando sensibilizar os agentes políticos, sindicais e empresariais para a firme evolução do fenômeno e os impactos sobre a classe trabalhadora.

Neste trabalho, analisamos o desempenho do mercado de trabalho com ênfase no período da forte recessão econômica de 2015-2017. Nesta análise, procuramos caracterizar a crise em sua dinâmica própria e colocá-la em perspectiva dentro dos 26 anos da série temporal de dados que lhe forneceu a evidência empírica. Assim, foi possível contrastar a deterioração recente do mercado de trabalho com aquela ocorrida durante a desaceleração econômica de fins dos anos 1990. Vale dizer, procuramos comparar os impactos sobre o mercado de trabalho decorrentes de dois períodos distintos de crise econômica. Entre um e outro período, diferentemente, o Brasil experimentou redução gradual da taxa de desemprego, elevação do nível da ocupação, redução das desigualdades e aumento do rendimento médio real e da massa salarial entre 2004 e 2014. A recessão econômica, em poucos anos, não só interrompeu esse processo virtuoso, como levou a um retrocesso de todos os indicadores do mercado de trabalho.

O estudo empírico utilizou os dados da Pesquisa de Emprego e desemprego na região metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Os movimentos registrados pelos indicadores de desemprego da PED evidenciaram uma rápida piora das condições do mercado de trabalho em ambos os períodos de crise, sendo que na desaceleração da segunda metade dos anos 1990 a taxa de desemprego registrou seu maior patamar observado na série história, igual a 19,0% da PEA. Depois disso, com o período áureo do crescimento do país no século XXI, a taxa reduziu-se até

atingir seu menor patamar da série histórica, de 5,9% no ano de 2014. Contudo, a recessão 2015-2017 resultou num avanço muito rápido do desemprego, tendo praticamente dobrado a taxa no triênio, com conseqüente deterioração das relações de trabalho, precarização das condições de ocupação e crescimento da inatividade.

A análise do processo mais amplo de precarização do mercado de trabalho baseou-se na mensuração de um Índice de Precarização (IP) conforme metodologia desenvolvida por Toni (2005). O contraste entre os dois períodos examinados de crise econômica evidenciou que a recessão de 2015-2017 teria levado a impactos mais severos sobre os trabalhadores em geral quando se observa a intensidade da variação nos componentes do IP. Quanto ao nível de cada indicador, alguns aspectos do mercado de trabalho dos anos 1990 se mostraram piores do que os do triênio 2015-2017.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Org). **O avesso ao trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.13-28.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BALTAR, P. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil: trabalho emprego e renda. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.28, n 81, p.94-114. 2014.
- BASTOS, R. Crise econômica e desigualdade salarial na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 26, n. 7, p. 3-4, 2017. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/aticle/crise-economica-e-desigualdade-salarial-na-região-metropolitana-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- DEDECCA, C. O desemprego na Pesquisa de Emprego e Desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 46-57, 2006.
- DEDECCA, C. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J.E.L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado. 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997. p. 55-85.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. **Emprego e desemprego na Grande São Paulo**: conceitos, metodologia e principais resultados, 1981-1983. São Paulo, 1984.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. **Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos**: mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo: DIEESE, 2008.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego – PED**: conceitos, metodologia e organização. São Paulo, 2009.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. **A inserção da mulher no mercado de trabalho na RMPA**. São Paulo, 2018.
- DE TONI, M. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão da tendência no período recente? In: BASTOS, R, Luis A. et al. (Coord). **Dimensões da Precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE 2007. p. 17-80.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2012. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib.php>. Acesso em: 25 jan. 2018.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONUBR. **Perfil do trabalho decente no Brasil**. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_226245.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONUBR. **Organização Internacional do Trabalho**. [1998]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>>. Acesso em: 10 maio 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONUBR. **A inspeção do trabalho no Brasil: pela promoção do trabalho decente**. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_233515.pdf>. Acesso em: 5 abr 2018

POCHMANN, M. **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004

TAFNER, P. **Brasil: o estado de uma nação**. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_brasil_desenv_en_2006.pdf Acesso em mar. 2018.p 305-349.

TONI, M. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho: um estudo da região metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2005. (Teses).

TROYANO, A. et al. A pesquisa Fundação SEADE/DIEESE. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2-5, jan./abr. 1985.

APÊNDICE A - ESTATÍSTICO

Tabela 1

Índices parciais, por indicadores e dimensões, e Índice de Precarização - IP total na RMPA – 1993/2005

INDICADORES	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	0,43	0,44	0,52	0,56	0,57	0,69	0,78	0,84	0,78	0,72	0,73	0,67	0,58
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência	0,68	0,72	0,79	0,77	0,64	0,73	0,81	0,85	0,86	0,88	0,90	0,89	0,83
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	0,79	0,71	0,71	0,68	0,71	0,68	0,74	0,74	0,74	0,68	0,65	0,62	0,56
Taxa global de desemprego	0,41	0,36	0,32	0,46	0,47	0,62	0,79	0,66	0,56	0,58	0,66	0,62	0,54
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	0,20	0,26	0,26	0,41	0,55	0,68	0,84	0,77	0,70	0,76	0,74	0,74	0,61
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,28	0,23	0,22	0,37	0,41	0,46	0,61	0,47	0,39	0,44	0,47	0,41	0,39
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,55	0,62	0,48	0,35	0,32	0,36	0,46	0,45	0,51	0,53	0,69	0,66	0,63
Índice de Gini	0,47	0,47	0,46	0,45	0,45	0,45	0,46	0,47	0,46	0,45	0,45	0,44	0,44
Dimensões													
Condição de inserção ocupacional	0,59	0,58	0,63	0,63	0,63	0,69	0,77	0,81	0,78	0,74	0,73	0,69	0,62
Desemprego	0,32	0,30	0,28	0,43	0,49	0,61	0,78	0,66	0,58	0,62	0,65	0,62	0,54
Rendimento	0,52	0,57	0,48	0,38	0,36	0,39	0,46	0,46	0,50	0,51	0,61	0,58	0,57
IP total	0,47	0,48	0,46	0,48	0,49	0,56	0,66	0,64	0,61	0,61	0,66	0,63	0,57

Fonte: PED-RMPA. Elaborado pela autora (2018).

Nota: (1) Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE; valores em reais de dez./17.

Tabela 1 - Continuação.

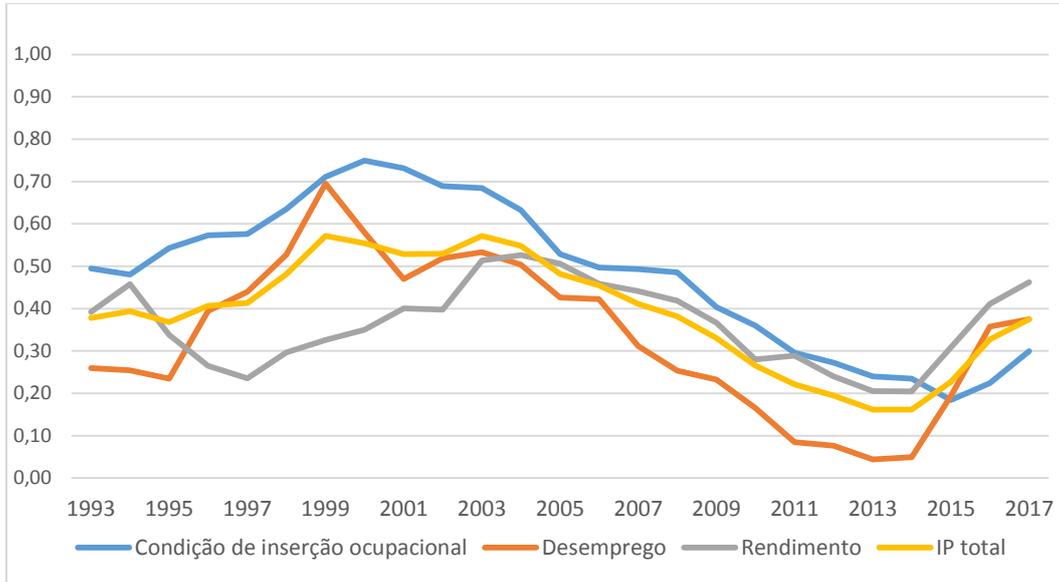
Índices parciais, por indicadores e dimensões, e Índice de Precarização - IP total na RMPA – 2006/2017

INDICADORES	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Percentual de assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira e estatutários)	0,56	0,57	0,57	0,48	0,40	0,28	0,28	0,22	0,18	0,12	0,22	0,26
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para a Previdência	0,80	0,83	0,76	0,71	0,63	0,54	0,47	0,39	0,32	0,24	0,29	0,34
Tempo médio de permanência no trabalho atual (meses)	0,50	0,44	0,41	0,35	0,38	0,38	0,32	0,32	0,38	0,35	0,26	0,41
Taxa global de desemprego	0,53	0,45	0,35	0,34	0,21	0,13	0,11	0,08	0,05	0,21	0,32	0,35
Tempo médio de procura de trabalho (meses)	0,59	0,47	0,43	0,36	0,31	0,18	0,14	0,10	0,13	0,19	0,51	0,59
Taxa de desemprego dos chefes de domicílio	0,37	0,30	0,23	0,23	0,14	0,09	0,09	0,06	0,04	0,21	0,29	0,32
Rendimento médio real por hora trabalhada	0,62	0,58	0,54	0,49	0,37	0,38	0,37	0,27	0,27	0,38	0,57	0,59
Índice de Gini	0,42	0,43	0,43	0,43	0,42	0,41	0,40	0,39	0,38	0,38	0,37	0,35
Dimensões												
Condição de inserção ocupacional	0,58	0,57	0,55	0,48	0,43	0,36	0,33	0,28	0,27	0,22	0,25	0,32
Desemprego	0,52	0,43	0,36	0,33	0,23	0,14	0,12	0,08	0,07	0,20	0,38	0,42
Rendimento	0,55	0,53	0,50	0,47	0,39	0,39	0,38	0,31	0,31	0,38	0,50	0,51
IP total	0,55	0,50	0,47	0,42	0,35	0,29	0,27	0,22	0,22	0,26	0,37	0,41

Fonte: PED-RMPA. Elaborado pela autora (2018).

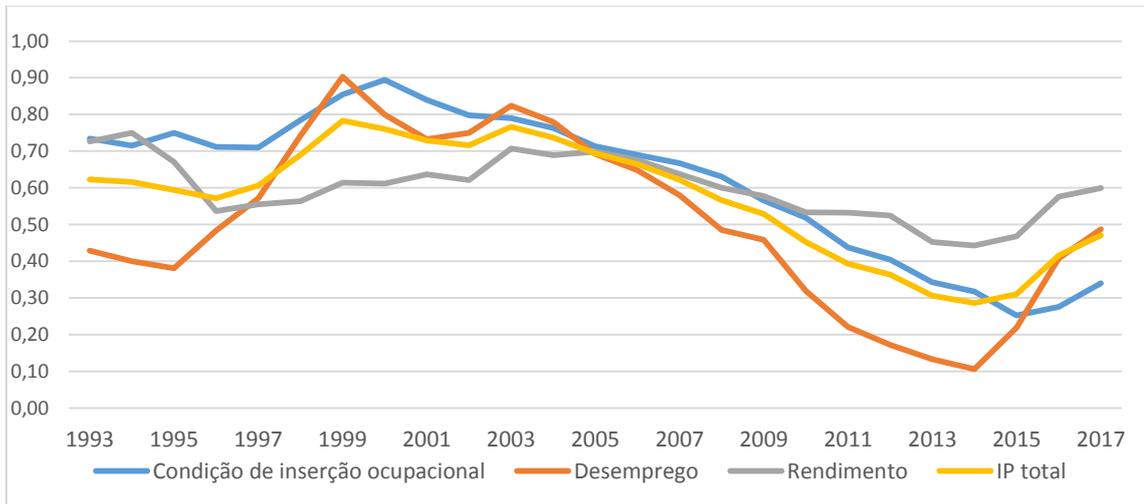
Nota: (1) Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE; valores em reais de dez./17.

Gráfico 1 – Índice de indicadores de precarização para o grupo dos homens, RMPA -1993/2017



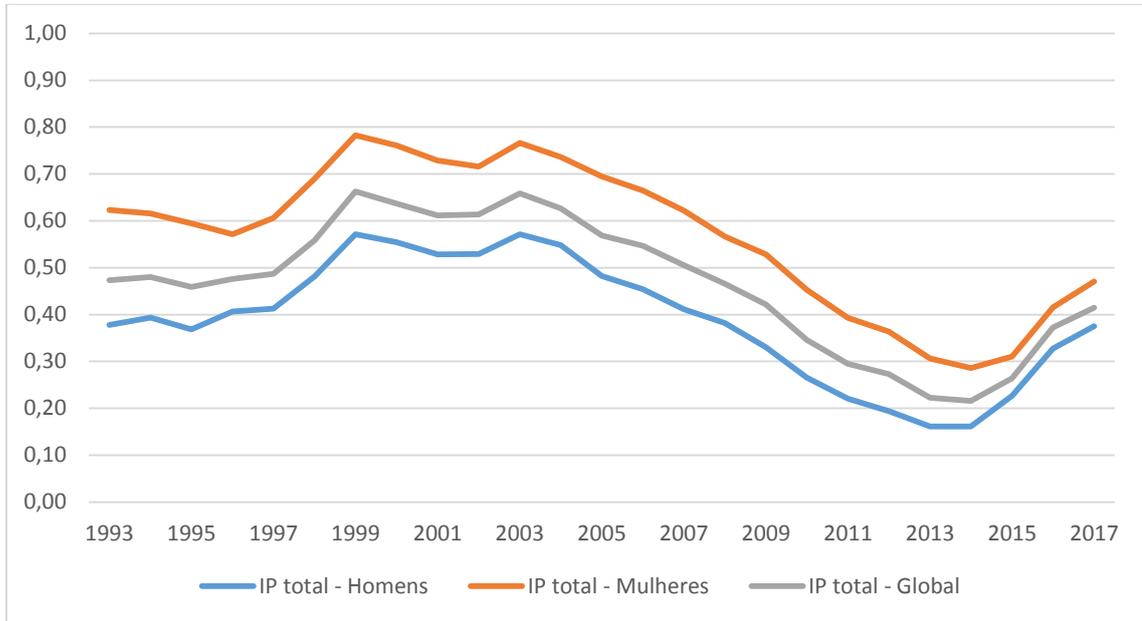
Fonte: PED-RMPA. Elaborado pela autora (2018).

Gráfico 2 – Índice de precarização para o grupo das mulheres, RMPA -1993/2017



Fonte: PED-RMPA. Elaborado pela autora (2018).

Gráfico 3 - Índice de precarização total, índice de precarização dos homens e das Mulheres RMPA - 1993-2017



Fonte: PED-RMPA. Elaborado pela autora (2018).